



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM RORAIMA  
SFA – RR

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Boa Vista-2013

Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680  
TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO ESTADO DE RORAIMA

### RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 72/2013 que alterou a IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 129/2013 que alterou a DN TCU nº 127/2013, da Portaria-TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno.

SePA – Serviço de Planejamento e Acompanhamento

Boa Vista-RR/2013

Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680  
TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

## SUMÁRIO

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013 – CONTEÚDO GERAL.....	12
1 Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	12
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	12
1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....	9
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	13
1.3 Organograma Funcional.....	15
1.4 Macroprocessos finalístico.....	16
1.5 Macroprocessos de Apoio.....	17
1.6 Principais Parceiros.....	17
2 Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU 127/2013.....	18
2.1 Planejamento da unidade.....	18
2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	18
2.2.1 Programa Temático + 2.2.2 Objetivo.....	18
2.2.3 Ações.....	23
2.2.3.1 Ações – OFSS (23 a 35) (37) (39 a 59).....	23
2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI (36 e 38).....	36
2.2.3.5 Análise Situacional (de 23 a 59).....	59
2.3 Informações sobre outros resultados da gestão.....	59
3 Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	60
3.1 Estrutura de Governança.....	60
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	60
3.4 Sistema de Correição.....	62
3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	62
3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos.....	62
4 Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	63
4.1 Execução das despesas.....	63
4.1.3 Realização da Despesa.....	63
4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ.....	63
4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ.....	64
4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa.....	65
4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	66
4.3.1 Análise Crítica.....	
<b>Erro! Indicador não definido.66</b>	
4.5 Suprimento de Fundos.....	66
4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo.....	66
4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) .....	66
4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	67
4.5.5 Análise Crítica.....	67
5 Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	68
5.1 Estrutura de pessoal da unidade.....	68
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	68
5.1.1.1 Lotação.....	68
5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada.....	68
5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho.....	69
5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções.....	69

Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680

TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

5.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade...	69
5.1.2.3	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	70
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	71
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	72
5.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	72
5.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	72
5.1.5	Cadastramento no Sisac.....	72
5.1.5.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	72
5.1.5.2	Atos Sujeitos à comunicação ao TCU.....	73
5.1.5.3	Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	73
5.1.5.4	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico.....	73
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	73
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	73
5.1.8	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	73
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	73
5.2.3	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada.....	74
5.2.5	Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4.....	75
5.2.6	Composição do Quadro de Estagiários.....	75
6	Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	76
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	76
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	80
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	80
6.2.3	Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	80
7	Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	81
7.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI) .....	81
7.1.1	Análise Crítica.....	81
8	Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	82
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	82
8.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	83
9	Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	83
9.4	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	83
9.4.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	83
9.4.2	Situação do Cumprimento das Obrigações.....	84
9.6	Alimentação SIASG E SICONV.....	85
10	Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	86
11	Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	87
11.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	87
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	88
11.2.2	Declaração com Ressalva.....	88
12	Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	88
12.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ.....	88
PARTE B DO ANEXO II DA 127/2013– CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....		89
57	Parte B, item 45, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	89

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

### LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	9
Quadro A.2.2.1 – Programa Temático.....	15
Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS.....	20
Quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento.....	36
Quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento.....	38
Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	57
Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ.....	60
Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ.....	63
Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	63
Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) .....	63
Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	63
Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	64
Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	65
Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ.....	65
Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) .....	66
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária.....	66
Situação apurada em 31/12.....	
Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12.....	67
Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	68
Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	69
Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	69
Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	69
Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	70
Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	71
Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários.....	72
Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	77
Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ	77
Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	79
Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	80
Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	80
Quadro A.9.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	82
Quadro A.11.2.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada	85

### ANEXOS

Anexo.I – Mapa Estratégico.....	87
Anexo II – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	88
Anexo III – Declaração da Coordenação-Geral de Administração de Pessoas referente ao servidor Alberto Gerônimo Pereira da Coordenação de Contabilidade.....	89
Anexo IV – Declaração da Coordenação-Geral de Administração de Pessoas referente ao servidor José Calazans dos Santos da Coordenação de Contabilidade.....	90

Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680

TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

## INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão do Exercício de 2013 segue as orientações do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União, com informações e dados sobre a economicidade, a eficácia, a eficiência e a efetividade dos serviços públicos prestados pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Roraima (SFA-RR), unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com o intuito de facilitar uma análise crítica pelos órgãos de controle externo do Governo Federal.

O Decreto nº 7.127/2010 de 04 de março de 2010 alterou a estrutura regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de suas Unidades Descentralizadas, modificando competências e a estrutura organizacional, mantendo inalterada sua missão institucional.

Com intuito de facilitar a leitura e acompanhamento das peças e informações inseridas, abaixo são apresentados os itens e quadros que não houve necessidade de preenchimento:

- 1.1.2 Relatório de Gestão Consolidado
- 1.1.3 Relatório de Gestão Agregado
- 1.1.4 Relatório de Gestão Consolidado e Agregado
- 2.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS
- 2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA - Restos a Pagar não Processados - OFSS
- 3.3 Remuneração Paga a Administradores..
- 4.1.1 Programação
- 4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa
- 4.1.3.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Originários - Total
- 4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Originários - Total
- 4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação
- 4.1.3.6 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação
- 4.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- 4.4 Transferências de Recursos
- 4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”
- 4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ
- 4.7 Gestão de Precatórios
- 5.2.1 Informação sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargo do Órgão
- 5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados
- 5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão
- 6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional
- 6.3 Distribuição Espacial dos Bens Móveis Locados de Terceiros
- 9.1 Tratamento de Deliberações exaradas em acórdão do TCU
- 9.2 Tratamento de Recomendações do OCI
- 9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna
- 9.5 Medidas adotadas em Caso de Dano ao Erário
- 11.2.1 Declaração Plena
- 11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008
- 11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976 81
- 11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais
- 11.6 Relatório de Auditoria Independente

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

- Quadro A.1.1.2 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado
- Quadro A.1.1.3 - Identificação – Relatório de Gestão Agregado
- Quadro A.1.1.4 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado
- Quadro A.2.2 - Objetivo
- Quadro A.2.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS
- Quadro A.2.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS
- Quadro A.3.3.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal
- Quadro A.3.3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores
- Quadro A.3.3.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores
- Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas
- Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa
- Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária EXterna por Grupo de Despesa
- Quadro A.4.1.3.1.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total
- Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total
- Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação
- Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
- Quadro A.4.2. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência
- Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
- Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse
- Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse
- Quadro A.4.5.2 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)
- Quadro A.4.6.1.1 – Benefícios Financeiros e Creditícios Geridos pela UJ ou Benefícios Financeiros e Creditícios Estimados e Quantificados pela UJ
- Quadro – A.4.6.2.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ – Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas pela UJ
- Quadro A.4.6.2.2. - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida
- Quadro A.4.6.2.3 - Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário – 2013-2011
- Quadro A.4.6.2.4.1 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas
- Quadro A.4.6.2.4.2 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas
- Quadro A.4.6.2.5.1 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas
- Quadro A.4.6.2.5.2 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas
- Quadro A.4.6.2.6 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ
- Quadro A.4.6.2.7 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas
- Quadro A.4.6.2.8 - Comunicações à RFB
- Quadro A.4.6.2.9 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
- Quadro A.4.6.2.11 - Ações da RFB
- Quadro A.4.7.1– Requisições e Precatórios – Administração Direta
- Quadro A.4.7.2 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta
- Quadro A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)
- Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada
- Quadro A.5.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680

TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Quadro A.9.2.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013

Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada

Quadro A.11.5.1 - Composição Acionária do Capital Social

Quadro A.11.5.2 - Investimentos Permanentes em outras sociedades

Assim, a missão institucional foi viabilizada por segmentos pontuais que marcaram a administração que nos cabe relatar:

1 - Conclusão da construção do estacionamento, da passarela coberta em policarbonato e a tubulação da vala a céu aberto.

2 - Supervisão constante nos Postos de Fiscalizações nas Fronteiras em Pacaraima e Bonfim com reuniões periódicas junto à equipe técnica das UVAGROS, para verificação das necessidades de mudanças para o melhor desempenho de suas atividades.

3 - Monitoramento “in loco” das atividades de Erradicação da Mosca da Carambola, nos Municípios afetados pela doença.

4 - Reunião em Brasília com o Secretário Executivo, Secretário de Defesa Agropecuária, Coordenadora Geral do Programa de Erradicação da Mosca da Carambola, para tratar sobre a aquisição de veículos e flexibilização das autorizações de deslocamento dos servidores, tendo em vista o aparecimento de outros focos da Mosca em localidades diferentes.

5- Acompanhamento das atividades na campanha da vacinação contra a Febre Aftosa em Roraima.

6- Reunião em Brasília para levantamento das necessidades de capacitação técnica e nivelamento de procedimentos do Plano Operativo Anual, discussão dos aspectos orçamentários para elaboração do Plano Operacional 2013/2014.

7 - Reunião de avaliação das Ações do PI-MANUTSFAS, monitoramento do Planejamento 2013 e novas diretrizes da Secretaria Executiva

8 - Reunião com o Prefeito de Pacaraima onde ficou estabelecido que após a aprovação do Plano Diretor daquela Cidade, será feito o Termo de Doação do terreno que só tem Licença de Ocupação.

As páginas seguintes contêm informações sobre as responsabilidades institucionais da SFA/RR e o seu papel na execução das políticas públicas federais relacionadas à agricultura, pecuária e ao desenvolvimento rural do Estado de Roraima. Este documento relaciona os Programas e as Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado previstos no Plano Plurianual de Ação – PPA para o período de 2012/2015, aprovado pela Lei 12.593/2012, em execução pelos diversos serviços finalísticos e de apoio administrativo desta Superintendência, apresentando as suas metas físicas e orçamentárias programadas e executadas, além de informações técnicas e gerenciais.

As informações sobre os Indicadores Institucionais (item 2.4) e os Indicadores gerenciais de recursos humanos (item 6.1.8) encontram-se consolidadas no Relatório de Gestão 2013 apresentado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ao TCU.

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

Neste documento são apresentadas apenas as ações executadas por esta Superintendência que impactam nos objetivos estratégicos do Projeto “Produtos e Serviços”, na Perspectiva dos Processos Internos, ou sejam: a) garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos, b) desenvolver e garantir o acesso às tecnologias, c) buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio e d) estimular a agregação de valor na produção agropecuária. O esforço para dotar a SFA/RR de uma estrutura organizacional e de um modelo de gestão pública voltado para resultados e para o atendimento ao cidadão roraimense, iniciado anos atrás, prosseguiu em 2013.

Boa Vista/RR, Março de 2014.

**DIVINO CARLOS GOUVÊA**  
**Superintendente Federal de Agricultura no Estado de Roraima**

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

### Parte A, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013

- 1 Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.
- 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada
- 1.1.1 Relatório de Gestão Individual
- Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 00014
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Roraima			
Denominação Abreviada: SFA-RR			
Código SIORG: 02816	Código LOA: 20122		Código SIAFI: 130093
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.396.895/0035-74	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 84.11-6
Telefones/Fax de contato:	(095) 3624-1225	(095) 3623-9603	(095) 3623-9364
Endereço Eletrônico: : <a href="mailto:gab-rr@agricultura.gov.br">gab-rr@agricultura.gov.br</a>			
Página na Internet: <a href="http://www.agricultura.gov.br">http://www.agricultura.gov.br</a>			
Endereço Postal: Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR– CEP. 69.306-680			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 7.127, Publicado no Diário Oficial da União de 05/03/2010.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010 Publicado no Diário Oficial da União de 14/06/2010, que criou o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados da Federação e Distrito Federal.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
São editados pela Assessoria de Comunicação Social em Brasília			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se Aplica	Não se Aplica		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se Aplica	Não se Aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se Aplica		Não se Aplica	

**Fonte:** SePA/GAB/SFA/RR

### 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A missão institucional da Superintendência Federal de Agricultura em Roraima é “Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira”.

De acordo com a Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, que criou o Regimento Interno das Superintendências, a SFA/RR tem como atribuições legais a coordenação e a execução das políticas públicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) voltadas para o Estado de Roraima.

Essas políticas públicas federais compreendem ações nas áreas de fiscalização de insumos agropecuários (sementes, mudas e viveiros; fertilizantes, corretivos e inoculantes; rações e concentrados; produtos para uso veterinário; aviação agrícola), defesa sanitária agropecuária (controle zoossanitário e fitossanitário de doenças e pragas), inspeção e classificação de produtos de origem animal e vegetal, fomento e desenvolvimento da política agropecuária (contratos de repasse, emendas parlamentares e agricultura orgânica) e vigilância internacional agropecuária (fronteiras com a Venezuela, Guiana e Amazonas e aeroporto).

As responsabilidades e competências dos componentes da SFA/RR foram institucionalizadas por meio da Portaria 428 de 09/06/2010. Abaixo, de forma sucinta são descritas as principais competências das unidades da SFA.

Ao Gabinete compete realizar a gestão da Unidade, do ponto de vista técnico, operacional e político, considerando as orientações emanadas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento e de acordo com o Regimento Interno.

A Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA, unidade de assistência direta ao Gabinete, se responsabiliza pela promoção do processo de gestão estratégica, gestão operacional, execução dos projetos e atividades constantes do Plano Plurianual, e da elaboração e consolidação do plano operativo anual, da programação físico-orçamentária, além de outras atividades previstas na Portaria 428.

Ao Serviço de Apoio Operacional e Divulgação – SAOD, unidade de assistência direta ao Gabinete, tem como responsabilidades, entre outras, promover o processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA, bem como apoiar o Superintendente, em relação à sua agenda de trabalho, cerimonial, despachos e representação institucional e auxiliar na divulgação de notícias e informações e distribuição de publicações e material audiovisual para os parceiros do agronegócio; A Divisão de Defesa Agropecuária – DDA, Unidade Central de Execução Finalística, tem como competências, entre outras, coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades relativas à vigilância zoossanitária e fitossanitária; implementar a operacionalização de ações demandadas pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e pelos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos de Origem Animal, de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, de Insumos Agrícolas e de Insumos Pecuários.

Assim, sob a coordenação técnica, hierárquica e institucional dessa Divisão, atuam as seguintes unidades:

O Serviço de Inspeção, Fiscalização e Saúde Animal – SIFISA, que tem como competências programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de vigilância sanitária e epidemiológica; prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais.

Outras competências visam orientar e acompanhar a aplicação das normas sanitárias que disciplinam o trânsito interestadual e internacional de animais e a realização de exposições, feiras, leilões, e outras aglomerações de animais.

O Serviço de Inspeção, Fiscalização e Sanidade Vegetal – SIFISV, ao qual compete programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de vigilância fitossanitária; prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais, aplicação das medidas de defesa fitossanitária, com vistas a evitar a disseminação de pragas dos vegetais e educação fitossanitária.

Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680

TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

Outras competências envolvem o acompanhamento das atividades e realização de auditorias técnico-fiscais e operacionais relacionadas com centros colaboradores e estações quarentenárias.

A Unidade de Vigilância Agropecuária – UVAGRO, tem como competências executar as atividades de fiscalização agropecuária em aeroportos internacionais e aduanas especiais, examinar, em articulação com as autoridades aduaneiras, bagagens de passageiros, acompanhadas ou não, com vistas a detectar produtos de origem animal ou vegetal e produtos biológicos que possam veicular agentes de doenças animais ou de pragas vegetais, que constituem ameaça à agropecuária nacional.

A Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG, tem competências que visam promover, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário; orientar a elaboração de propostas, analisar, acompanhar e proceder à fiscalização da execução do plano de trabalho de convênios, contratos e demais instrumentos de parceria, por órgãos e entidades públicas e privadas voltados ao desenvolvimento agropecuário e ao cooperativismo e associativismo rural, inclusive de repasses financeiros e, ainda, orientar a prestação de contas. Orientar, acompanhar, controlar, fiscalizar e auditar as atividades relacionadas com registro genealógico, competições e demais atividades turfísticas e hípcas; credenciamento de Organismos de Avaliação da Conformidade - OAC; cadastramento de Organismos de Controle Social - OCS, na venda direta de produtos orgânicos sem certificação; atividades do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica - SISORG; dados e estatísticas das atividades relacionadas aos sistemas de produção orgânica; mecanização e aviação agrícola.

A Divisão busca também estimular a organização do setor agropecuário, em especial, na implantação de cooperativas e instituições associativas rurais; cadeias produtivas do agronegócio; empresas e produtores de sementes e mudas; empresas, organizações e iniciativas voltadas à assistência técnica, extensão rural e transferência de tecnologia, inclusive o credenciamento de profissionais, autônomos ou não; empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários; e certificação relacionada à produção e comercialização agropecuária.

Na sua estrutura, a Divisão é segmentada na Seção de Suporte Agropecuário – SeSAG que coleta, processa e mantém os dados dos sistemas de informações relacionados ao desenvolvimento agropecuário, além de prestar apoio ao Chefe do DPDAG na elaboração do Plano Operativo Anual de Desenvolvimento Agropecuário, na promoção e organização dos fóruns consultivos às cadeias

A estrutura da SFA/RR conta com um Serviço de Apoio Administrativo constituída por meio da Seção de Gestão de Pessoas - SGP e Seção de Atividades Gerais – SAG cujas competências, entre outras, envolvem a coordenação e execução das atividades de administração geral e de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à SFA/RR, consoante orientações dos órgãos setoriais.

Para consecução de suas atividades, esse Serviço tem em sua estrutura os seguintes setores/núcleos:

Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF;

Seção de Gestão de Pessoas – SGP;

Seção de Atividades Gerais – SAG

Setor de Compras e Contratos – SCC;

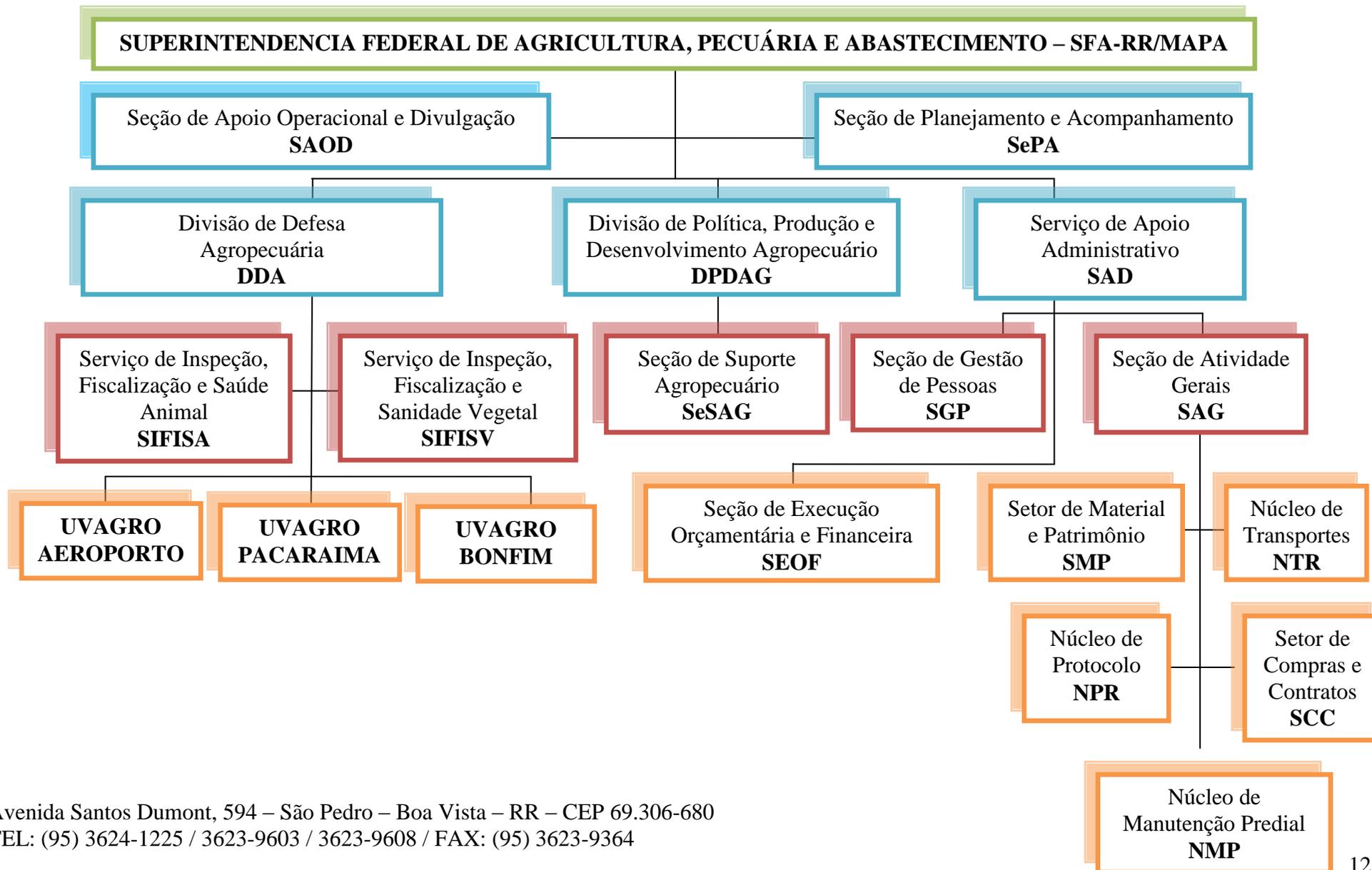
Setor de Material e Patrimônio – SMP.

Núcleo de Protocolo – SPR

Núcleo de Manutenção Predial – SMAP

Núcleo de Transporte – STR

1.3 Organograma Funcional



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

1.4 Macroprocessos finalísticos da unidade jurisdicionada, com a indicação dos principais produtos e serviços que tais processos devem oferecer aos cidadãos-usuários ou clientes;

- Defesa Agropecuária
- Desenvolvimento Agropecuário
- Cooperativismo e Associativismo Rural

Os macroprocessos finalísticos estão descritos na Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa e a SFA/RR executa como ações diretas dos programas do PPA 2012-2015 conforme figura a seguir:



<sup>(1)</sup> Planejamento Estratégico, Planejamento Setorial, Orçamento e Finanças e Execução Orçamentária e Financeira.

Legenda:

SE – Secretaria-Executiva

AGE – Assessoria de Gestão Estratégica

GM – Gabinete do Ministro

CONJUR – Consultoria Jurídica

SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária

SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo

SPA – Secretaria de Política Agrícola

SPAE – Secretaria de Produção e Agroenergia

SRI – Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

A Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA foi elaborada levando em consideração as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estabelecidas no artigo 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que organiza a Presidência da República e os Ministérios e o aspecto de que a cadeia de valor deve funcionar de forma matricial com a estrutura organizacional do MAPA. Esta estrutura foi definida em conformidade com o que preconiza o

Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680

TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

Sistema de Organização do Governo Federal - SIORG, instituído pelo Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009. Assim, a condução dos macroprocessos pelo cumprimento das competências institucionais, está demonstrada nos resultados consubstanciados no Relatório de Gestão.

### 1.5 Macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio estão registrados na Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA, classificados como MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA E ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Sua condução segue a mesma característica informada quanto aos finalísticos, com exceção de suas definições, que levou em consideração o que, no Ministério, está sendo realizado para sua gestão e para prestar o devido suporte aos macroprocessos finalísticos, fato, inclusive, que inspirou a representação da Cadeia de Valor, conforme figura demonstrada no item 1.4.

#### 1.5.1 – Macroprocesso de Governança

- Gestão Institucional

#### 1.5.2 – Macroprocesso de Administração Interna

- Administração de Pessoal
- Comunicação Institucional
- Contabilidade Pública
- Documentação e Informação Agropecuária
- Desenvolvimento de Pessoas
- Interação com a Sociedade e Servidores
- Logística e Serviços Gerais
- Tecnologia da Informação

### 1.6 Principais Parceiros

Registra-se a manutenção da sólida parceria entre a SFA/RR e a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) do Governo do Roraima, através da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima (ADERR), na reestruturação do sistema estadual de defesa e inspeção agropecuária. Saliente-se também o esforço do MAPA, através do Ministro de Estado e de sua Secretaria Executiva, para dotar a SFA/RR de uma estrutura organizacional e de um modelo de gestão pública voltado para resultados e para o atendimento ao cidadão roraimense.

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

2 Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

2.1 Planejamento da Unidade

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

Os resultados das atividades desenvolvidas pelos serviços da Divisão de Defesa Agropecuária (DDA) e pela Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG) são apresentados nos diversos quadros e tabelas, mencionando-se a descrição dos Programas Temáticos, dos Objetivos e das Ações (OFSS e Orçamento de Investimento), as metas programadas e alcançadas, o desempenho operacional e os resultados alcançados, analisados criticamente, considerando os seus aspectos positivos e as suas oportunidades de melhoria.

Convém mencionar que as ações que constam neste relatório são aquelas para as quais foram descentralizados créditos orçamentários e financeiros para a Superintendência no exercício de 2013.

2.2.1 Programa Temático e 2.2.2 Objetivo:

De acordo com o PPA 2012-2015 a DDA – Divisão de Defesa Agropecuária está no nível de execução das Ações vinculadas a Programas Temáticos sendo, portanto, de responsabilidade do MAPA as informações sobre os Programas Temáticos, os Objetivos e as Iniciativas a ele vinculados.

### DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA – DDA

O quadro abaixo apresenta o Programa Temático 2028 e seus desdobramentos até o nível das Ações de responsabilidade da DDA.

<b>QUADRO 2.2.1 a - Hierarquia das ações de responsabilidade do VIGIAGRO/DDA/SFA-RR/MAPA</b>			
<b>PROGRAMA</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>INICIATIVAS</b>	<b>AÇÕES</b>
<b>2028 - DEFESA AGROPECUÁRIA</b>	0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.	012J - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários	2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos
			2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos
<b>Fonte: Orçamento da União Exercício Financeiro 2012 - Volume II</b>			

**SERVIÇO DE SANIDADE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO VEGETAL - SIFISV**

O quadro abaixo apresenta o Programa Temático 2028 e seus desdobramentos até o nível das Ações de responsabilidade do SIFISV.

<b>QUADRO 2.2.1b - Hierarquia das ações de responsabilidade do SIFISV/DDA/SFA-RR/MAPA</b>			
<b>PROGRAMA</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>INICIATIVAS</b>	<b>AÇÕES</b>
<b>2028 - DEFESA AGROPECUÁRIA</b>	0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.	012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais	2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos
			4738 - Erradicação da Mosca da Carambola
			8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
	0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental	013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas	2141 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
			2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças
			2909 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins
	0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros	0279 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal	8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
			027A - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal
	<b>Fonte: Orçamento da União Exercício Financeiro 2012 - Volume II</b>		

**SERVIÇO DE SAÚDE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO ANIMAL – SIFISA**

O quadro abaixo apresenta o Programa Temático 2028 e seus desdobramentos até o nível das Ações de responsabilidade do SIFISA.

<b>QUADRO 2.2.1 c - Hierarquia das ações de responsabilidade do SIFISA/DDA/SFA-RR/MAPA</b>				
<b>PROGRAMA</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>INICIATIVAS</b>	<b>AÇÕES</b>	
<b>2028 - DEFESA AGROPECUÁRIA</b>	0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle	012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais.	4842 - Erradicação da Febre Aftosa.	
			8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.	
		012X - Coordenação, supervisão e apoio às instâncias intermediárias e locais e auditoria do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)	20QY - Apoio à reestruturação e implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)	
	0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.	013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários.		2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.
				2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.
				4745 - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados.
	0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.	0278 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal		8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
<b>Fonte: Orçamento da União Exercício Financeiro 2012 - Volume II</b>				

**DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - DPDAG**

O quadro abaixo apresenta o Programa Temático 2014 e seus desdobramentos até o nível das Ações de responsabilidade da DPDAG.

<b>QUADRO 2.2.1 d - Hierarquia das ações de responsabilidade do DPDAG/SFA-RR/MAPA</b>			
<b>PROGRAMA</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>INICIATIVAS</b>	<b>AÇÕES</b>
<b>2014 - AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO</b>	0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários. (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).	02WU - Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnicizada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC).	8593- Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono
	0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.	02XB - Promoção do desenvolvimento da Agricultura Orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização.	8606 - Desenvolvimento de Agricultura Orgânica
	0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.	02XL - Coordenação e fiscalização da atividade agrícola.	2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas
		02 XH - Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário	2B17 - Fiscalização de Contratos de Repasse

**Fonte: Orçamento da União Exercício Financeiro 2012 - Volume II**

**SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO – SAD**

De acordo com o PPA 2012-2015 o SAD - Serviço de Apoio Administrativo está no nível de execução da Ação vinculada ao programa temático **Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, sendo portanto, de responsabilidade do MAPA as informações sobre os programas temáticos, os objetivos e as iniciativas a ele vinculados.

O quadro abaixo apresenta o Programa Temático 2105 e seu desdobramento até o nível da Ação de responsabilidade do SAD.

<b>QUADRO 2.2.1 e - Hierarquia das ações de responsabilidade do SAD/SFA - RR/MAPA</b>			
<b>PROGRAMA</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>INICIATIVAS</b>	<b>AÇÕES</b>
2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Não se aplica	Não se aplica	4716 - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas
<b>Fonte: Orçamento da União Exercício Financeiro 2012 - Volume II</b>			

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

### 2.2.3 Ações

#### 2.2.3.1 Ações - OFSS

##### Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS

### VIGIAGRO (Recursos Ordinários)

Identificação da Ação						
Código: 2180		Tipo: Atividade.				
Título		Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos.				
Código: 2181		Tipo: Atividade.				
Título		Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos.				
Iniciativa: 012J		Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, Vegetais, seus Produtos e Insumos Agropecuários.				
Objetivo: Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle		Código: 0364				
Programa: Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Finalístico		
Unidade Orçamentária: 22000		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.				
Ação Prioritária		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
110.000,00	86.200,00	86.034,17	78.263,94	78.263,94	-	7.770,23
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Manter a fiscalização nas fronteiras de 100% das importações e exportações de animais vivos, de vegetais e de seus produtos (Partida inspecionada).		Fiscalização realizada	1.489	-	2.122	
Realizar campanhas de conscientização de usuários do transporte terrestre internacional (Divulgação).		Outdoors	02	-	02	
Realizar campanhas de conscientização de usuários do transporte terrestre e aéreo Internacional.		Banners	10	-	10	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

### ANÁLISE SITUACIONAL:

Os recursos são programados inicialmente para todo o ano e descentralizados mensalmente para a realização das metas preconizadas para este período, em caso de urgência/emergência Zootossanitário pode fazer duas ou mais programações.

### **Unidade de Vigilância Agropecuária de Pacaraima - UVAGRO/PACARAIMA**

Na unidade de Pacaraima em relação à área vegetal, as metas atingidas superaram significativamente as metas programadas para o ano de 2013, isto significa que houve maior incentivo e interesse de produtores na importação de produtos com a finalidade de aumentar a produção de grãos em nosso estado. O principal produto importado foi corretivo de solo (calcário). A madeira ainda é o principal produto exportado, mesmo tendo diminuído a sua quantidade devido às novas regras do setor ambiental. Em relação à área animal houve um aumento considerável na exportação de carne bovina congelada oriunda de Rondônia com destino a Venezuela (trânsito aduaneiro) outro produto exportado é a massa coalhada oriunda do Paraná. Na área animal não existe processo de importação.

### **Unidade de Vigilância Agropecuária de Bonfim - UVAGRO/BONFIM**

Na unidade de Bonfim as metas programadas alcançaram um índice satisfatório, visto que, a principal atividade é a fiscalização de veículos, passageiros e partida inspecionada isto se deve ao fato dos trabalhos integrados com a Receita Federal, Anvisa, Polícia Federal e Sefaz onde praticamente 100% dos veículos são fiscalizados inclusive aos feriados e finais de semana devido a notificação de pragas quarentenárias como a Mosca da Carambola e Cochonilha Rosada nesta região. O principal produto importado é a farinha de trigo.

### **Unidade de Vigilância Agropecuária do Aeroporto - UVAGRO/AEROPORTO**

Na unidade de Boa Vista (Aeroporto Internacional) houve uma diminuição significativa no número de vôos internacionais fiscalizados, isto se deve ao fechamento da empresa Meta Transporte Área e conseqüente cancelamento da linha Boa Vista – Georgetown – Suriname. A fiscalização continua apenas em vôos internacionais com escala técnica em Boa Vista com destino a outras unidades da federação.

### **Comentário Orçamentário:**

Dos cento e dez mil programados pela Coordenação Geral do Vigiagro foram liberados R\$ 86.200,00 Reais, pois o restante seria para investimento o que não aconteceu, estes recursos foram aplicados em aquisição de material de consumo, combustível, aquisição de peças, manutenção de veículos e passagens aéreas e diárias para deslocamento de técnicos para as unidades de fronteira. Com relação ao item restos a pagar, informamos que a Coordenação Geral determinou a troca das telas dos outdoors de Pacaraima e Bonfim, o que começou a ser feita no final do ano e a firma vencedora, por questões técnicas só entregou os trabalhos no início de 2014.

### **Análise dos resultados:**

Na integra os resultados alcançados foram satisfatórios, visto que, além da Vigilância permanente nas Unidades de Fronteira através de Fiscais Federais e Agentes de Atividade Agropecuária, existe uma campanha educativa permanente junto aos passageiros através de orientação e distribuição de folders, outdoor e palestras, trabalhos estes integrados com os serviços de Defesa Vegetal e Animal da SFA-RR.

### **Considerações:**

As partidas inspecionadas são o somatório das unidades de Pacaraima, Aeroporto Internacional de Boa Vista, e Bonfim. (Termo de fiscalização emitidos, Requerimento de fiscalização de embalagens de madeira, Termo de fiscalização do transito internacional de passageiros emitidos, Termos de retenção de mercadoria/produto e Termos de fiscalização de bagagem/encomenda emitidos).

Na unidade de Pacaraima o maior trânsito é na Área Vegetal (Ação 2180) sendo esporádica essa ação na Área Animal (Ação 2181).

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

Na unidade Aeroporto Internacional de Boa Vista cada aeronave fiscalizada na chegada ou saída para o exterior é considerada uma partida inspecionada. Os recursos das Ações 2080 e 2081 são utilizados para um mesmo fim, com resultados em deslocamento (diárias e passagens) que obedece a graduação de cada Fiscal Federal Agropecuário, ou seja, 2180 para Engenheiro Agrônomo e ação 2181 para Médico Veterinário.

Com relação à execução das metas físicas vale ressaltar que os dados informados na tabela diz respeito exclusivamente às Partidas Inspecionadas (Termos de Fiscalização de Produtos Agropecuários) no Trânsito Internacional, outra atividades constante é a fiscalização visual e documental no trânsito de cargas, veículos e ônibus nas fronteiras com a Venezuela e Guiana.

### Eventos Negativos

Devemos ressaltar ainda, o horário de funcionamento das barreiras, Pacaraima das 07:00 as 22:00 horas e Bonfim das 07:00 as 19:00 horas, isto nos obriga a fazer rodízio de técnicos visto que, também existem atividades nos finais de semana e feriados, mas o grande gargalo continua sendo o apoio policial principalmente no final da noite em Pacaraima, voltamos a enfatizar que um trabalho integrado como em Bonfim solucionaria de vez este problema.

Outro ponto que nos traz preocupação e a falta de investimento, principalmente no setor de informática e transporte o que nos obriga a trabalhar com equipamentos obsoletos causando problemas no atendimento aos usuários do MAPA.

### Eventos Positivos

Descentralização imediata, pela Coordenação Geral do Vigiagro, dos recursos programados para execução das metas programadas; (custeio e deslocamento).

Instalação nas fronteiras de Bonfim e Pacaraima de outdoor tamanho 6,00 X 3,20 m, com orientação educativa sobre os produtos de origem animal e vegetal que não podem ingressar no Brasil sem autorização prévia e/ou certificação sanitária.

Acordo feito com o Governo do Estado para utilização da infraestrutura de fiscalização com sala, banheiro, dormitório e copa na nova Aduana em Bonfim, onde todos os órgãos de fiscalização executam suas atividades conjuntamente.

### 01 – DEMONSTRATIVO DAS METAS PROGRAMADAS E EXECUTADAS.

Nº	Discriminação das Metas por PI's (Planos Internos) FISCPLANTA/FISCANIMAL UVAGRO-PACARAIMA	Unidade de Medida	META		Desempenhado B/A X 100 %
			Programado (A)	Alcançado (B)	
01	Termo de Fiscalização na Exportação	Nº	300	398	132.6
02	Termo de Fiscalização na Importação	Nº	480	624	130.0
03	Veículos Fiscalizados na Fronteira	Nº	10.020	12.597	125.7
04	Passageiros fiscalizados na Fronteira	Nº	30.000	32.714	109.0
05	Madeira exportada	M <sup>3</sup>	8.400	6.791	66.5
06	Madeira exportada	M <sup>2</sup>	30.000	11.205	14.3
07	Fertilizantes, corretivos, inoculantes	Ton.	IND	16.246	100.0
08	Sementes	Ton.	IND	583	100.0
09	Certificado Fitossanitário Emitido	Nº	840	842	82.5
10	Termo de Ocorrência	Nº	IND	01	100.0
11	Termo de Destruição	Nº	IND	350	100.0
12	Requerimento para exportação	Nº	300	398	132.6
13	Requerimento para importação	Nº	480	615	128.1
14	Exportação de carne	Ton.	IND	5.295	100.0
15	Exportação de massa coalhada	Ton.	IND	397	100.0

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

Nº	Discriminação das Metas por PI's (Planos Internos) FISCPLANTA/FISCANIMAL UVAGRO-AEROPORTO	Unidade de Medida	META		Desempenhado B/A X 100 %
			Programado (A)	Alcançado (B)	
01	Certificado Zoosanitário Internacional	Nº	-	05	100.0
02	Termo de Ocorrência	Nº	-	-	-
03	Termo de Destruição	Nº	-	-	-
04	Partidas inspecionadas – nº de vôos	Nº	120	133	73.8
06	Passageiros fiscalizados	Nº	300	305	101.6
05	Volumes fiscalizados	Nº	240	244	50.8

Nº	Discriminação das Metas por PI's (Planos Internos) FISCPLANTA/FISCANIMAL UVAGRO-BONFIM	Unidade de Medida	META		Desempenhado B/A X 100 %
			Programado (A)	Alcançado (B)	
01	Veículos fiscalizados na Fronteira	Nº	12.000	10.394	86.6
02	Passageiros fiscalizados na Fronteira	Nº	32.400	29.027	89.5
03	Termo de Ocorrência	Nº	72	77	53.4
04	Termo de Destruição	Nº	72	77	53.4
05	Bagagens Fiscalizadas	Nº	27.300	22.673	83.0
06	Requerimento para Importação	Nº	IND	47	100.0
07	Termo de Retenção	Nº	72	77	53.4
08	Termo de Fiscalização Passageiros	Nº	72	77	53.4
09	Produtos Apreendidos Origem Animal	Kg	IND	29	100.0
10	Produtos Apreendidos Origem Vegetal	Kg	IND	206	100.0

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

**VIGIFITO (Recursos Ordinários)**

<b>Identificação da Ação</b>						
Código: 2134			Tipo: Atividade			
Título			Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos			
Iniciativa: 012H			Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais			
Objetivo: Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle			Código: 0364			
Programa: Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária: 22101			Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Ação Prioritária			( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.500,00	365,00	365,00	365,00	365,00	-	-
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Manter a fiscalização de circulação de vegetais, seus produtos e insumos.			Fiscalização realizada	4.800	-	5.282
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

**ANÁLISE SITUACIONAL:**

A meta prevista foi cumprida e até superada, o que auxiliou na contenção das pragas quarentenárias presentes no estado, diminuindo-se o risco de entrada destas em outras Unidades da Federação, fato que poderia causar sérios prejuízos ao agronegócio nacional.

O valor inicial da dotação não foi totalmente efetivado devido aproveitamento de viagens com outras finalidades e que passariam pelos locais onde se deveria prestar serviços relativos à meta a ser alcançada, respeitando-se o Princípio da Economicidade no Serviço Público.

O maior problema encontrado foi a não celebração de Convênio entre o MAPA e a Agência de Defesa Agropecuária do Estado, fato que iria melhor estruturá-la, além de injetar recursos financeiros para uma melhor execução das metas.

A ligeira alteração a mais na meta prevista (fiscalizações realizadas) deve-se ao fato do aumento nas exportações de frutas de plantas hospedeiras de pragas quarentenárias sob controle oficial em Roraima, ao mercado do estado do Amazonas no ano de 2013.

Conforme determina a Instrução Normativa Nº 54, de 04/12/2007, o OEDSV/RR deve apresentar relatório semestral de atividades, possibilitando a consolidação de dados para o devido acompanhamento e supervisão pelo SIFISV/RR. Visando atender às necessidades, foi solicitada informação parcial mês a mês das fiscalizações realizadas pela ADERR. No ano foram inspecionadas 5.282 partidas no Posto Fixo de Fiscalização Agropecuária em Jundiá e Rodoviária Internacional de Boa Vista, sendo 4.997 na saída (para o Amazonas) e 285 na entrada (para Roraima).

Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680  
 TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

**ERRADMOSC (Recursos Ordinários)**

<b>Identificação da Ação</b>						
Código: 4738			Tipo: Atividade			
Título			Erradicação da Mosca da Carambola			
Iniciativa: 012H			Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais			
Objetivo: Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle			Código: 0364			
Programa: Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária: 22101			Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Ação Prioritária			( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
542.997,14	367.624,95	367.624,95	365.653,30	365.653,30	-	1.635,67
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Área Controlada			ha	22.429.898	-	22.429.898
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

**ANÁLISE SITUACIONAL:**

**Execução das metas:**

A meta prevista de manter sob controle a área de 22.429.898 hectares, ou seja, o estado de Roraima foi cumprida.

A mosca da carambola (*Bactrocera carambolae* Drew & Hancock) é uma importante praga por atacar grande variedade de plantas hospedeiras e por causar sérios prejuízos em manga (*Mangifera indica*), caju (*Anacardium occidentale*), laranja (*Citrus* sp), goiaba (*Psidium guajava*), jambo (*Syzygium samarangense*), carambola (*Averrhoa carambola*), entre outras, em várias partes do mundo, cuja dispersão no país deve ser evitada visto o enorme prejuízo que a mesma pode causar à fruticultura nacional. É considerada a principal barreira fitossanitária para as exportações do agronegócio da fruticultura, pois os principais compradores de frutas brasileiras, como a União Européia, os países asiáticos (entre eles, o Japão), os EUA e os países do MERCOSUL, estabelecem restrições à aquisição de produtos oriundos de países exportadores onde a praga ocorre. Os prejuízos causados pela praga são os danos diretos nos frutos, a perda dos mercados de exportação e os custos elevados das ações de controle, tanto para o produtor como para o Governo Federal, na realização de monitoramentos e supervisões de controle.

A Instrução Normativa SDA Nº- 9, de 9 de março de 2011 (DOU nº 47 de 10 /03/2011) considera o estado de Roraima como área de emergência fitossanitária para implementação

Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680

TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

do Plano de Supressão e Erradicação da praga denominada *Bactrocera carambolae* (mosca da carambola).

A mosca da carambola foi detectada em Roraima, município de Normandia em 20/12/2010; no município de Uiramutã (Mutum) em 02/02/2011; e no município de Bonfim em 15/10/2013. Saliente-se que todos os municípios citados são fronteiriços com a República Cooperativista da Guiana.

Para a obtenção dos resultados apresentados, diversas ações foram executadas, devendo-se ressaltar as realizadas nos municípios de Normandia, Uiramutã e Bonfim, locais onde já ocorreram focos da mosca da carambola (*Bactrocera carambolae*). Em 2013 foi realizada a pulverização de 379.750 árvores com produto tecnicamente recomendado; coleta e enterrio de 3.494 kg de frutos hospedeiros da mosca da carambola e confecção e lançamento de 56.265 blocos embebidos em metil eugenol e malathion, para aniquilamento dos espécimes machos da praga. Ações de educação sanitária também foram executadas, com a realização de palestras, acompanhamento das ações dos multiplicadores treinados, realização de cursos de educação sanitária, orientação à população e em barreiras fitossanitárias. Em Roraima estão instaladas e são monitoradas 726 armadilhas Jackson e 418 armadilhas Mc Phail totalizando **1.144 armadilhas** distribuídas em 29 rotas abrangendo todo o estado de Roraima.

**Tabela: Localização e número de armadilhas monitoradas em Roraima**

Localidade	Status	Armad. Jackson	Armad. McPhail
Uiramutã (Mutum)	Foco detectado (em erradicação)	33	33
Uiramutã (sede/Maú)	Foco detectado (em erradicação)	65	50
Uiramutã/Água Fria (Taboca-02, Santa Clotilde-07/02 Mc Phail)	Foco detectado (em erradicação)	34	13
Uiramutã/Maturuca	Foco detectado (em erradicação)	13	13
Uiramutã/Maracanã I	Foco detectado (em erradicação)	11	11
Uiramutã/Monte Muriá I	Foco detectado (em erradicação)	18	17
Uiramutã/Monte Muriá II	Foco detectado (em erradicação)	08	08
Uiramutã/Caraparu III	Foco detectado (em erradicação)	08	08
Uiramutã (São Mateus)	Foco detectado (em erradicação)	10	10
Uiramutã (Willimon)	Foco detectado (em erradicação)	16	16
Uiramutã (Flexal)	Livre	07	0
Uiramutã (Socó)	Foco detectado (em erradicação)	14	14
Uiramutã (Pedra Branca)	Foco detectado (em erradicação)	14	14
Uiramutã/(Laje-03, Nova Esperança-03)	Livre	06	0
Uiramutã (Prododó)	Foco detectado (em erradicação)	12	12
BR 433 (Mutum/Uiramutã)	Livre	19	0
BR 202 (Placa/Normandia)	Livre	21	0
Normandia (sede)	Foco detectado (em erradicação)	137	121
Normandia (Xumina)	Foco detectado (em erradicação)	18	18
Normandia (Dexi)	Foco detectado (em erradicação)	10	10
Normandia (Araçá)	Foco detectado (em erradicação)	13	12
Boa Vista	Livre	20	0
Bonfim (Comunidades)	Livre	45	0
Bonfim (Sede)	Foco detectado (em erradicação)	63	23
Região Sul – (7 municípios )	Livre	78	0
Pacaraima (sede)	Livre	08	0
Pacaraima (Surumú)	Livre	03	0
Pacaraima (Contão)	Foco detectado (em erradicação)	15	15
BR 174 Norte	Livre	07	0
<b>Total</b>		<b>726</b>	<b>418</b>
		<b>Total Geral</b>	<b>1.144</b>

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

De acordo com o protocolo previsto no Plano de Erradicação da Mosca da Carambola, após a detecção da praga, ações de monitoramento deverão ser realizadas diariamente pelo período de 15 dias, não havendo mais detecção, o monitoramento passa a ser realizado três vezes por semana pelo período de um mês, passando a ser realizado duas vezes por semana pelo período de dois meses e, na ausência da praga, permanece sendo realizado semanalmente.

O cronograma de pulverizações prevê a realização de pulverizações a cada cinco dias em todas as plantas hospedeiras e o lançamento de 20 blocos por hectare a cada 20 dias pelo período de cento e oitenta dias, quando, na ausência da praga, passa a ser realizado a cada quarenta e cinco dias.

Em 2013, foram vistoriados na rodoviária internacional de Boa Vista 1.938 ônibus e interceptados 1.839,7 kg de produtos. No Posto de Fiscalização Agropecuário Móvel de Novo Paraíso, desativado em 09/12/2013, localizado estrategicamente no entroncamento das rodovias BR 210, BR 174 e BR 432, foram vistoriados 82.078 veículos, sendo interceptados 2.072,5 kg de produtos hospedeiros da mosca da carambola. O Posto de Fiscalização Móvel da Vila do Passarão foi desativado em junho/2013, sendo que no período em que funcionou foram vistoriados 3.490 veículos sendo interceptados 18 kg de produtos. No Posto de Fiscalização Móvel localizado em Bonfim, foram vistoriados 62.557 veículos sendo interceptados 1.734,9 kg de produtos. No Posto de Fiscalização localizado em Surumú foram vistoriados 7.566 veículos sendo interceptados 425 kg de produtos

O trabalho de fiscalização do trânsito interestadual de vegetais e seus produtos é atribuição dos órgãos de defesa estaduais e realizado por técnicos da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima - ADERR.

No Posto de Vigilância Agropecuária Internacional – PVA localizado em Bonfim, fronteiro com a República da Guiana foram inspecionados 9.602 veículos e apreendidos 23 kg de produtos hospedeiros da mosca da carambola até dezembro/2013.

**Tabela: Situação nas áreas onde foram detectados focos em Roraima**

Local	Nº de moscas capturadas			Data da Primeira Captura (detecção)	Data da Última Captura	Nº de Dias sem Detecção (31/12/2013)
	Machos	Fêmeas	Total			
Normandia (1º foco)	321	143	464	20/12/2010	23/01/2011	(940 até 21/08/13)
Normandia (2º foco)	08	09	17	21/08/2013	09/12/2013	22
Mutum (Uiramutã) (1º foco)	487	188	675	02/02/2011	01/03/2011	(901 até 20/08/13)
Mutum (Uiramutã) (2º foco)	01	02	03	20/08/2013	20/09/2013	102
Uiramutã (sede)	15	08	23	26/04/2011	18/12/2013	13
Água Fria (Uiramutã)	01	00	01	12/03/2012	12/03/2012	678
Maturuca (Uiramutã)	01	00	01	01/08/2012	01/08/2012	516
Maracanã I (Uiramutã)	01	00	01	07/08/2012	07/08/2012	478
São Mateus (Uiramutã)	01	00	01	29/01/2013	29/01/2013	336
Caraparu III (Uiramutã)	01	00	01	21/03/2013	21/03/2013	285
Monte Muriá I (Uiramutã)	03	00	03	23/03/2013	30/10/2013	62
Monte Muriá II (Uiramutã)	03	00	03	20/04/2013	23/09/2013	99
Willimon (Uiramutã)	02	00	02	20/07/2013	17/08/2013	136
Prododó (Uiramutã)	01	00	01	15/10/2013	15/10/2013	77
Contão (Pacaraima)	01	00	01	22/08/2013	22/08/2013	131
Socó (Uiramutã)	01	00	01	20/09/2013	20/09/2013	102
Pedra Branca (Uiramutã)	01	00	01	20/09/2013	20/09/2013	102
Araçá (Normandia)	01	00	01	14/09/2013	14/09/2013	108
Xumina (Normandia)	01	00	01	04/10/2013	04/10/2013	88
Dexi (Normandia)	01	00	01	04/10/2013	04/10/2013	88
Bonfim (sede)	04	02	06	15/10/2013	05/12/2013	26

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

Ações de Educação Sanitária foram realizadas sendo a equipe composta por servidores federais, devidamente capacitados para atuar como multiplicadores nas ações de educação sanitária no Programa de Erradicação. Por portaria foi nomeada a equipe de educação sanitária da SFA-RR, tendo como membros as seguintes servidoras: Elindinauva Antônia do Nascimento, Francilene Barbosa Alves da Rocha e Edina dos Santos Souza, Maria de Fátima Fernandes Lopes tendo como Coordenadora Geral do Núcleo de Educação Sanitária (NES) a agente de atividade agropecuária Elindinauva Antônia do Nascimento. Ressalte-se esta ser uma ação estratégica para a manutenção do status fitossanitário, promovendo esclarecimentos à população sobre os riscos e cuidados quanto à disseminação da praga. Como estratégia de ação a equipe desloca-se para as localidades onde estão sendo executadas ações de combate e zona tampão, prioritariamente e nas demais regiões posteriormente, promovendo palestras, cursos de multiplicadores, acompanhamento dos resultados obtidos, etc. Em cada localidade trabalhado é desenvolvida uma estratégia de ação, de acordo com as peculiaridades do local e o tipo de público a que se destina como crianças, jovens, adultos, indígenas, professores, agentes de saúde, zona urbana ou rural, etc.

### **Fatores Intervenientes :**

Recursos financeiros foram descentralizados pelo sistema SIOR no PI PCEVEGETAL (Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais), para custear despesas na execução das ações de monitoramento, controle e erradicação da mosca da carambola em Roraima, face à inexistência de orçamento no PI ERRADMOSCA.

Os recursos financeiros solicitados ao Departamento de Sanidade Vegetal - DSV foram liberados de acordo com o solicitado, embora devido à condição de excepcionalidade em que se encontra o estado de Roraima (Emergência Fitossanitária), a entrada em vigor do Decreto 7.689/2012 e normas complementares, que estabelecem limites para o pagamento de diárias dificultou a liberação/renovação de diárias do pessoal envolvido no monitoramento e combate.

O SIFISV/SFA/RR não possui número suficiente de servidores para atender a demanda das ações de campo, contando com apenas dois fiscais federais agropecuários atuando na área de fitossanidade, sendo que um é responsável pelo PI ERRADMOSCA e o outro chefe substituto do SIFISV/DDA/SFA/RR e responsável pelos PI's PCE VEGETAL e VIGIFITO. O Serviço dispõe também de uma agente em atividade agropecuária atuando no monitoramento realizado em todo o estado de Roraima. Os demais servidores federais envolvidos no trabalho são em sua maioria auxiliares operacionais e motoristas oficiais, lotados em outros setores da SFA/RR ou colaboradores eventuais cedidos pela Agência de Defesa Agropecuária de Roraima – ADERR.

Portanto além de num curto espaço de tempo haver várias capturas em locais críticos para a manutenção do controle da praga, não temos pessoal autorizado a fazer deslocamento para locais para auxílio das atividades em função de todos os servidores já estarem com mai

s de quarenta diárias e as autorizações não possibilitarem que os servidores se desloquem para outros locais, ou em outros períodos fora daqueles previsto inicialmente no momento da Autorização de Pagamento de Diárias aprovada pelo Senhor Secretário Executivo.

Importante salientar que o quantitativo de diárias pagas é elevado devido os servidores envolvidos estarem treinados para os trabalhos e a Superintendência Federal de Agricultura em Roraima - SFA/RR não dispor de pessoal suficiente para manter um rodízio constante de trabalhadores em campo, sendo obrigada a proceder à renovação das diárias.

Ressalte-se que a maior parte das ações de monitoramento e controle da mosca da carambola em Roraima são desenvolvidas em áreas indígenas (isoladas), onde as condições de acesso e trânsito são extremamente precárias, constituindo-se em grande parte de terreno montanhoso (serras) e embora todos os cuidados sejam adotados, danos aos veículos são comuns, demandando a realização de constantes trabalhos de consertos e manutenções preventivas. Exceto a Pick Up L 200, os demais veículos à disposição do Programa de Erradicação da Mosca da Carambola em Roraima não apresentam condições satisfatórias de utilização, apresentando constantes defeitos mecânicos

Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680  
TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

que atrapalham ou mesmo impedem a realização das ações, bem como não são adequados para utilização em estradas com trafegabilidade dificultada no período chuvoso onde as condições de acesso e trânsito são extremamente precárias chegando a ficar interdita durante alguns períodos, necessitando substituição imediata.

A ADERR informou à SFA/RR através do Ofício 439/2013/CRDV/ADERR, da impossibilidade de manter os servidores à disposição do Programa de Erradicação da Mosca da Carambola em Roraima que atuam em Normandia e Uiramutã e determinou o retorno dos mesmos para Boa Vista, fato informado ao DSV/MAPA por meio do Ofício 0293/2013/SIFISV/SFA-RR.

Convênio com a Agência de Defesa Agropecuária de Roraima - ADERR deverá ser celebrado com a finalidade de atender as normas vigentes que prevêm a execução das ações monitoramento, controle e educação sanitária por parte do órgão estadual de defesa ficando a cargo da Superintendência Federal de Agricultura em Roraima - SFA/RR o trabalho de acompanhamento, supervisão e auditoria. Vale ressaltar que embora proposta de convênio tenha sido apresentada, o mesmo não foi celebrado em 2013 devido ao estado de Roraima encontrar-se inadimplente, impossibilitando sua aprovação.

A ADERR comunicou à SFA/RR através do Ofício nº 384/2013/CRDV/ADERR, a suspensão das atividades de fiscalização nas barreiras fitossanitárias de Bonfim (km 100), Passarão (Balsa do Passarão) e Surumú. Esta informação foi devidamente repassada ao DSV através do Ofício nº 0267/2013/SIFISV/DDA/SFA-RR.

A SFA/RR encaminhou o Ofício nº 0264/2013/SIFISV/SFA-RR para o diretor presidente da ADERR alertando para as conseqüências em função da desativação das barreiras fitossanitárias.

A ADERR também foi informada por meio dos Ofícios 381/2013/GAB/SFA-RR e 390/2013/GAB/SFA-RR, alertando para a premente necessidade de manutenção de uma rigorosa fiscalização do trânsito de vegetais hospedeiros da mosca da carambola, buscando-se assim, impedir a disseminação da praga para áreas indenes do estado de Roraima e do restante do País.

Roraima provavelmente já teria a mosca da carambola como erradicada de seu território, não fosse o fato de a República Cooperativista da Guiana não estar realizando ações de erradicação da praga em seu território, causando, então, capturas de machos em armadilhas localizadas próximas à fronteira com o Brasil, o que ocasiona a constante aplicação das medidas de controle prescritas pelo Plano Emergencial.

Todos os esforços deverão ser envidados no sentido de realizar monitoramento conjunto com a República Cooperativista da Guiana, possibilitando detectar novos focos em território guianense com vistas a diminuir a pressão da praga na região e conferir maior segurança fitossanitária na fronteira e no estado de Roraima.

Devido à empresa vencedora da licitação realizada em 2012 para fornecimento de espinosade não ter entregado o produto e o estoque existente permitir a realização dos trabalhos apenas até o final de julho/2013, foi encaminhado o Ofício nº 0300/2013/GAB/SFA-RR para a SFA/AP solicitando a disponibilização de 3.000 litros de espinosade para a SFA/RR, tendo sido parcialmente atendido.

Em resposta ao Ofício nº 0297/2013/GAB/SFA-RR encaminhado ao Ministério da Defesa solicitando apoio no transporte do produto da SFA/AP para a SFA/RR, foi recebido o Ofício nº 9515/GM-MD informando de que, não obstante a especial atenção dispensada ao pedido, em virtude de restrições orçamentárias, bem como limitações operacionais e logísticas no âmbito daquele comando, não seria possível atender à solicitação.

O transporte do produto foi realizado utilizando-se aeronave do governo do estado de Roraima.

Foi disponibilizada pelo DSV/MAPA a quantia de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais) para a compra de espinosade.

Desde a detecção do novo foco da *Bactrocera carambolae* (mosca da carambola), em 20/04/2013, na comunidade indígena denominada Monte Muriá II estão sendo realizados apenas

Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680

TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

monitoramentos diários nas oito armadilhas Jackson e oito armadilhas Mc Phail instaladas. Embora todos os esforços tenham sido envidados no sentido de esclarecer e convencer as lideranças e comunidade indígena local acerca da importância do trabalho de erradicação da mosca da carambola, o líder local (tuxaua) não está permitindo a realização das ações de controle, como pulverização com produto tecnicamente recomendado, bem como lançamento de blocos visando a aniquilamento de machos da mosca da carambola. Salientamos que as medidas de controle supracitadas deveriam ter sido adotadas imediatamente após a detecção do foco, impedindo assim a dispersão da praga, para outras regiões.

Tendo em vista as peculiaridades culturais que norteiam a tomada de decisões nas comunidades indígenas, onde há autonomia administrativa, foi solicitado através do memorando 089/2013 ao chefe de SIFISV/RR, com a urgência que o assunto requer, que interceda junto às autoridades competentes no sentido de viabilizar autorização para que as ações de controle possam ser executadas, conforme preconiza o Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola.

Representante do Ministério Público Federal em Roraima chegou a visitar o local para averiguar a situação “in loco”.

Até o momento não foi autorizada a realização das ações de combate em Monte Muriá II.

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

**PCEVEGTAL (Recursos Ordinários)**

<b>Identificação da Ação</b>						
Código: 8572			Tipo: Atividade			
Título			Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais			
Iniciativa: 012H			Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais			
Objetivo: Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle			Código: 0364			
Programa: Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária: 22101			Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Ação Prioritária			( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
62.880,07	567.753,91	567.753,91	517.713,35	517.713,35	-	49.950,00
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Área controlada.			ha	50.302	-	50.302
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

**ANÁLISE SITUACIONAL:**

A meta prevista foi cumprida, o que auxiliou na contenção das pragas quarentenárias presentes no estado, diminuindo-se o risco de entrada destas em outras Unidades da Federação, fato que poderia causar sérios prejuízos ao agronegócio nacional.

O maior problema encontrado foi a não celebração de Convênio entre o MAPA e a Agência de Defesa Agropecuária do Estado, fato que iria melhor estruturá-la, além de injetar recursos financeiros para uma melhor execução da meta.

O aumento do valor da dotação inicial para a dotação final deveu-se a disponibilização de recursos financeiros para combate à mosca da carambola em Roraima, que foram descentralizados pelo sistema SIOR no PI PCEVEGETAL, para custear as despesas na execução das ações de monitoramento, controle e erradicação da mosca da carambola em Roraima, face à inexistência de orçamento no PI ERRADMOSCA.

Quanto a restos a pagar inscritos em 2013 deve-se ao fato que houve licitação no valor de R\$ 49.950,00 para aquisição de material de combate a mosca da carambola no final do ano. Como as mercadorias adquiridas não foram entregues no exercício 2013, este valor ficou disponibilizado para pagamento no exercício 2014.

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

**FISFECOI (Rendas do FFAP/MAPA)**

<b>Identificação da Ação</b>						
Código: 2141			Tipo: Atividade			
Título			Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes			
Iniciativa: 013E			Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas			
Objetivo: Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental			Código: 0368			
Programa: Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária: 22101			Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Ação Prioritária			( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
14.999,96	10.657,00	10.626,01	10.626,01	10.626,01	-	-
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalização de estabelecimentos comerciais e produtores de corretivo agrícola e fertilizantes minerais.		Fiscalização realizada	43	-	45	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

**ANÁLISE SITUACIONAL:**

Apesar das adversidades já abordadas nos comentários de outros PI's deste Serviço de Fiscalização Vegetal e do fato de em alguns meses não ter ocorrido descentralização financeira no referido PI, em virtude do contingenciamento de gastos do Governo Federal, conseguimos realizar 104,65 % das metas através de compensações da programação em outros meses.

O valor descentralizado a menor do que o programado ocorreu em virtude da não disponibilização financeira em alguns meses do exercício, e pelo fato da inclusão na programação anual, de gastos com diárias e passagens para participação de técnicos em eventos nacionais que não foram realizados pelo órgão central.

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

### FISFECOI (Ações do Orçamento de Investimento)

Identificação da Ação							
Código: 2141			Tipo: Atividade				
Título			Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes				
Iniciativa: 013E			Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas				
Objetivo: Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental			Código: 0368				
Programa: Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Finalístico		
Unidade Orçamentária: 22101			Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Ação Prioritária			( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
7.000,00	10.000,00	6.067,48	Aquisição de equipamentos	Un	17	-	16

#### ANÁLISE SITUACIONAL:

Em relação ao material permanente, houve descentralização maior que a programada no Plano Operativo Anual em 42,85 %. Porém, a aquisição não pôde ser realizada de forma individual pelo presente PI sendo somada ao PI FISCORGEN, ensejando uma aquisição única.

Sendo assim, no processo de aquisição de material permanente adicionou-se o montante do PI FISCEFOI no valor de R\$ 10.000,00 o recurso disponibilizado no PI FISCORGEN no valor de R\$ 3.300,00, totalizando R\$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais).

Foram programados a aquisição de dezessete equipamentos diversos e atendido dezesseis unidades, tais como, mobiliário para depósito como armários e prateleiras, aparelho de fax, cortina, frigobar e mesa para escritório.

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

**FISCORGEN (Rendas do FFAP/MAPA)**

<b>Identificação da Ação</b>						
Código: 4745			Tipo: Atividade			
Título			Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados			
Iniciativa: 013H			Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM			
Objetivo: Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental			Código: 0368			
Programa: Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária: 22101			Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Ação Prioritária			( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.100,00	8.451,25	10.924,24	9.617,84	9.617,84	-	1.306,40
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalização de Atividades com Organismo Geneticamente Modificados		Fiscalização Realizada	11	-	10	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

**ANÁLISE SITUACIONAL:**

As fiscalizações executadas em relação às programadas foram de 90,9 %, resultado considerado satisfatório, visto os entraves correntes, como atrasos nas descentralizações de recursos financeiros, bem como falta de veículo apropriado para atender às atividades realizadas nas propriedades rurais, onde geralmente o acesso é feito por estradas de chão, em condições precárias de trafegabilidade.

A dotação final difere da inicial em virtude do lançamento no Plano Operativo Anual 2013 (POA), das viagens nacionais inicialmente programadas, mas que não ocorreram em virtude do contingenciamento de recurso para cobrir despesas com diárias e passagens.

Quanto a restos a pagar inscritos em 2013 deve-se ao fato do recurso para as Ações do Orçamento de Investimento haver chegado ao fim dos exercício, no processo de licitação e compras existem prazos a serem obedecidos, gerando atraso na entrega e na efetivação do pagamento pelo sistema SIAFI na Seção de Execução Orçamentária e Financeira-SEOF desta Superintendência.

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

**FISCORGEN (Ações do Orçamento de Investimento)**

<b>Identificação da Ação</b>							
Código: 4745			Tipo: Atividade				
Título			Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados				
Iniciativa: 013H			Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM				
Objetivo: Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental			Código: 0368				
Programa: Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Finalístico		
Unidade Orçamentária: 22101		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria					
<b>Execução Financeira e Física</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>				<b>Execução Física - Meta</b>			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
3.300,00	3.300,00	1.993,60	Equipamentos e material permanente	Un	17	-	16

**ANÁLISE SITUACIONAL:**

Em relação ao material permanente, houve 100% de descentralização financeira. Porém, a aquisição não pôde ser realizada de forma individual pelo presente PI sendo somada ao PI FISCORGEN, ensejando uma aquisição única.

Sendo assim, no processo de aquisição de material permanente somou-se ao montante do PI FISCORGEN no valor de R\$ 3.300,00 o recurso disponibilizado no PI FISFECOI no valor de R\$ 10.000,00, totalizando R\$ 13.300,00 (treze mil e trezentos reais).

Foram programados a aquisição de dezessete equipamentos diversos e atendido dezesseis unidades, tais como, mobiliário para depósito como armários e prateleiras, aparelho de fax, cortina, frigobar e mesa para escritório.

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

**FISCALSEM (Rendas do FFAP/MAPA)**

<b>Identificação da Ação</b>						
Código: 2179			Tipo: Atividade			
Título			Fiscalização de Sementes e Mudas			
Iniciativa: 013E			Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas			
Objetivo: Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental			Código: 0368			
Programa: Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária: 22101			Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Ação Prioritária			( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
35.000,00	10.787,00	4.947,43	4.947,43	4.947,43	-	-
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalização do comércio e produção de sementes e mudas.		Fiscalização realizada	44	-	45	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

**ANÁLISE SITUACIONAL:**

Apesar das adversidades já abordadas nos comentários de outros PI's deste Serviço de Fiscalização Vegetal e do fato de em alguns meses não ter ocorrido descentralização financeira no referido PI, em virtude do contingenciamento de gastos do Governo Federal, conseguimos realizar 102,67% das metas físicas através de compensações da programação em outros meses.

O valor descentralizado a menor do que o programado ocorreu em virtude da não disponibilização financeira em alguns meses do exercício, e pelo fato da inclusão na programação anual, de gastos com diárias e passagens para participação de técnicos em eventos nacionais que não foram realizados pelo órgão central.

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

**FISAGROT (Rendas do FFAP/MAPA)**

<b>Identificação da Ação</b>						
Código: 2909		Tipo: Atividade				
Título		Fiscalização de Agrotóxicos e Afins				
Iniciativa: 013E		Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas				
Objetivo: Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental		Código: 0368				
Programa: Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Finalístico		
Unidade Orçamentária: 22101		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Ação Prioritária		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.000,00	6.394,44	6.394,44	6.394,44	6.394,44	-	-
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalização da produção, importação e exportação e atividades com fins quarentenários		Unidade	0	0	0	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

**ANÁLISE SITUACIONAL:**

A meta nula se justifica por não haver no estado de Roraima nenhuma das atividades listadas nos incisos do art. 9º da Lei 7802, de 11 de julho de 1989, que prevê a fiscalização da produção, importação e exportação de Agrotóxicos e afins.

A finalidade do recurso programado no Plano Operativo Anual (POA) 2013, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) inicialmente, foi para viabilizar a participação de um servidor do MAPA e um servidor do Órgão Estadual de Defesa Vegetal em eventos acerca do tema. Os referidos eventos foram realizados, porém foi necessário complementação do recurso financeiro em virtude da oscilação do preço das passagens aéreas no período.

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

**IPVEGETAL (Renda do FFAP/MAPA)**

<b>Identificação da Ação</b>						
Código: 8938			Tipo: Atividade			
Título			Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Vegetal			
Iniciativa: 0279			Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Vegetal			
Objetivo: Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros			Código: 0570			
Programa: Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária: 22101			Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Ação Prioritária			( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
42.000,00	9.973,00	9.585,13	9.585,13	9.585,13	-	-
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Fiscalização realizada			Unid	30	-	36
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

**AVALIAÇÃO SITUACIONAL:**

O plano interno em questão dispõe sobre a obrigatoriedade do registro, da padronização, da classificação, da inspeção e da fiscalização da produção e do comércio de bebidas. A Lei que versa sobre o tema abrange uma regulamentação para as bebidas em geral e, outra, para o vinho, derivados do vinho e da uva. A atividade atua tanto no comércio interno quanto externo. Esta atividade não autorizou nenhuma delegação de competência para o poder público estadual ou municipal, sendo exercida, privativamente, pelo MAPA.

A SFA-RR é obrigada a utilizar apoio laboratorial em outras Unidades da Federação para realização das amostras de fiscalização, onerando com transporte e material de consumo, ambos dependentes de resultados de licitação, pregões, impedimentos para utilizar-se suprimento de fundo, promovendo, muitas vezes a não realização de ações próprias de fiscalização e, principalmente, proibindo ao fiscal qualquer atuação contra o vestígio de alteração encontrado no produto.

A SFA-RR solicita há bastante tempo renovação de seus veículos, pois as atividades de fiscalização são rotineiras e, as estradas possuem condições precárias na maior parte do estado, além do desgaste natural do veículo. Outra situação estrutural imprescindível ao acolhimento dos ritos de fiscalização é a existência de local apropriado para depósito de produtos apreendidos, amostras em espera do trâmite administrativo e, indispensável, meios de destruição de produtos.

Todos os anos o órgão sofre contingenciamento orçamentário, necessitando a fiscalização se restringir aos produtos mais representativos, haja vista, os laboratórios limitarem a quantidade de

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

amostras a serem enviadas por Unidades da Federação, pelo fato da quantidade de laboratórios oficiais não atenderem a demanda prevista.

Um fator pertinente aos recursos humanos é a diminuição cada vez maior dos agentes administrativos para a atividade meio que são necessárias para que a atividade fim seja exercida, devido a não realização de concurso público para a categoria e, sem o MAPA implantar o plano de cargos e carreira destes, promovendo um sério desconforto e disparidade entre os servidores da instituição.

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

**PADCLASSI (Taxa de Classificação de Produtos Vegetais - MAPA)**

<b>Identificação da Ação</b>						
Código: 4746			Tipo: Atividade			
Título			Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetais			
Iniciativa: 027A			Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal			
Objetivo: Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros			Código: 0570			
Programa: Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária: 22101			Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Ação Prioritária			( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.000,00	13.463,77	13.396,35	13.396,35	13.396,35	-	-
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Fiscalização realizada			Unid.	30	---	50
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

**AVALIAÇÃO SITUACIONAL:**

O plano interno em questão trata especificamente da fiscalização da classificação de produtos vegetais padronizados, tanto no comércio interno quanto externo, englobando análises físicas, químicas e residuais de agrotóxicos e contaminantes.

A atividade, essencialmente, depende da atuação direta da fiscalização para verificação da conformidade dos produtos expostos ao consumidor e, caso necessário, a intimação do produtor/beneficiador em adequar a padronização do produto e/ou a embalagem/rotulagem conforme certificado de classificação do lote.

No Estado de Roraima, a Agência de Defesa Agropecuária - ADERR possui um posto de classificação para alguns produtos produzidos com maior representatividade no estado, no entanto, há dois anos que o mesmo não se adequa para o credenciamento junto ao MAPA para o funcionamento e prestação de serviços ao produtor, provocando um gasto extra a estes, devido o encaminhamento das amostras para outras Unidades da Federação.

A SFA-RR também é obrigada a utilizar apoio laboratorial em outras Unidades da Federação para realização das amostras de fiscalização, onerando com transporte e material de consumo, ambos dependentes de resultados de licitação, pregões, impedimentos para utilizar-se suprimento de fundo, promovendo, muitas vezes a não realização de ações próprias de classificação

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

e, principalmente, proibindo ao fiscal qualquer atuação contra o vestígio de alteração encontrado no produto.

A SFA-RR solicita há bastante tempo renovação de seus veículos, pois as atividades de fiscalização são rotineiras e, as estradas possuem condições precárias na maior parte do estado, além do desgaste natural do veículo. Outra situação estrutural imprescindível ao acolhimento dos ritos de fiscalização é a existência de local apropriado para depósito de produtos apreendidos, amostras em espera do trâmite administrativo e, indispensável, meios de destruição de produtos.

Todos os anos o órgão sofre contingenciamento orçamentário, necessitando a fiscalização se restringir aos produtos mais representativos, haja vista, os laboratórios limitarem a quantidade de amostras a serem enviadas por Unidades da Federação, pelo fato da quantidade de laboratórios oficiais não atenderem a demanda prevista.

Um fator pertinente aos recursos humanos é a diminuição cada vez maior dos agentes administrativos para a atividade meio que são necessárias para que a atividade fim seja exercida, devido a não realização de concurso público para a categoria e, sem o MAPA implantar o plano de cargos e carreira destes, promovendo um sério desconforto e disparidade entre os servidores da instituição.

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

**FEBREAFTOS (Recursos Ordinários)**

<b>Identificação da Ação</b>						
Código: 4842			Tipo: Atividade			
Título			Erradicação da Febre Aftosa			
Iniciativa: 012I			Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais			
Objetivo: Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle			Código: 0364			
Programa: Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária: 22101			Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Ação Prioritária			( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
257.147,05	257.147,05	252.405,37	247.234,81	247.234,81	-	4.741,68
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obter o Reconhecimento Internacional de País Livre de Febre Aftosa (regionalizada) – Área Controlada.		Km <sup>2</sup> / Área Livre	224.299	224;299	0	
Apoiar a projeto de vacinação Oficial contra a Febre Aftosa em comunidades indígenas (Raposa, Serra do Sol e São Marcos).		Projeto atendido	02	02	02	
Reuniões com técnicos do SVE, para tratar de assuntos ao PNEFA.		Reuniões	16	16	16	
Supervisionar as atividades executadas no PNEFA pelo SVE		Supervisões	111	111	80	
Supervisão das ações executadas pelo órgão executor nas lojas de revendas de vacinas contra a febre aftosa.		Supervisão	17	17	12	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

**ANÁLISE SITUACIONAL:**

As ações relacionadas a prevenção e erradicação da Febre Aftosa no estado de Roraima, são executadas pela Agência de Defesa Agropecuária de Roraima - ADERR, com a supervisão do SIFISA/DDA/SFA-RR, não obstante o Montante Realizado é igual a zero, considerando que o Estado encontra-se classificado como alto risco para Febre Aftosa.

Apoiar a projeto de vacinação oficial contra a febre aftosa nas comunidades indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos:

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

- Foram realizadas em parceria entre a SFA, ADERR e FUNAI reuniões para discutir estratégias para realização da vacinação do rebanho das comunidades indígenas localizadas nos municípios de Pacaraima, Uiramutã e Normandia. As etapas da vacinação foram executadas por equipes técnicas das três instituições, coordenadas pelo SIFISA/DDA/SFA-RR, na qual durante a primeira etapa foram vacinados 51.235 bovinos com uma cobertura vacinal de 82% do rebanho existente. Durante a segunda etapa foram vacinados 50.600 bovinos atingindo cobertura vacinal de 85% do rebanho. Considerando que a área de criação da população bovina das comunidades indígenas é extensa e o acesso às comunidades é difícil, foram satisfatórios os índices de cobertura vacinal. Os recursos disponibilizados para execução da ação foram descentralizados integralmente e dentro do prazo previsto conforme o que foi planejado.

Reuniões com técnicos do SVE (Serviço Veterinário Animal) para discutir assunto relacionado ao PNEFA (Programa Nacional de Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa):

- Foram realizadas reuniões entre técnicos do SIFISA/ADERR que tiveram como tema:

1. Discutir relatórios de auditoria realizada por técnicos encaminhados pelo Departamento de Saúde Animal-DAS-DF, que teve como objetivo auditar o Sistema de Defesa Animal da ADERR com ênfase ao Programa de Prevenção e Erradicação da Febre Aftosa.
2. Discutir relatório de Supervisão realizada por técnicos do SIVISA/DDA/SFA, que verificou a estrutura e atividades desenvolvidas por técnicos da ADERR relacionadas ao PNEFA.
3. Discutir proposta para celebração de convênio entre o MAPA/GER com o objetivo de estruturar e executar as atividades de Defesa Animal.

Supervisionar das atividades do PNEFA no SVE

- Foram realizadas por técnicos do SIFISA supervisão da estrutura física, material e equipamentos, recursos humanos e atividades desenvolvidas por técnicos lotados nas UDA's (Unidades de Defesa Agropecuária) e EAC's (Escritórios de Atendimento às Comunidades), localizados nos municípios do estado. Verificamos que as atividades desenvolvidas referentes a atualização do cadastro do rebanho bovino, execução de atividades de vacinação assistidas durante as etapas de vacinação contra a Febre Aftosa, emissão de guias de trânsito animal, vigilância ativa em propriedades de maior risco sanitário e fiscalização móvel realizada pela central.

Supervisão as ações executadas pelo Órgão Executor nas lojas de revenda de vacinas contra a febre aftosa:

- As supervisões foram realizadas em lojas durante as etapas de vacinação contra a Febre Aftosa, onde constatamos que os técnicos da ADERR controlam o recebimento da vacina pelas lojas agropecuárias, mas ainda existem deficiências no controle de estoque e conservação da vacina bem como padronização de formulários utilizados.

Os recursos planejados para execução das atividades foram descentralizados conforme a solicitação não havendo atraso na realização das atividades.

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

**PCEANIMAL (Recursos Ordinários)**

<b>Identificação da Ação</b>						
Código: 8658			Tipo: Atividade			
Título			Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais			
Iniciativa: 012I			Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Animais			
Objetivo: Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle			Código: 0364			
Programa: Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária: 22101			Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Ação Prioritária			( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
24.319,00	14.910,88	14.274,43	14.274,43	14.274,43	-	-
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Supervisionar Estabelecimentos		Supervisão Realizada	144	-	46	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

**ANÁLISE SITUACIONAL:**

As metas programadas não foram atingidas devido o contingenciamento de recursos com despesas de deslocamento e diárias feito pelo MAPA em 2013. Foram realizadas supervisões para verificar as ações de vigilância e erradicação das doenças dos animais, inclusive trânsito, executadas pelos Escritórios de Atendimento a Comunidade e Unidades Veterinárias Locais.

Supervisão das ações do órgão executor nas revendas de vacinas.

Supervisões das ações do órgão executor nas propriedades rurais para prevenção e erradicação das doenças dos animais referente ao controle, prevenção e erradicação da brucelose bovina, como coleta de material para diagnóstico laboratorial onde com relação aos animais reagentes foram tomadas todas as medidas sanitárias cabíveis e realização de imunização de fêmeas da espécie bovina na faixa etária de 4 a 8 meses.

Referente ao controle e prevenção da Anemia Infecciosa Equina foram realizadas coletas de material para diagnóstico laboratorial onde todas as medidas sanitárias relacionadas aos animais reagentes foram tomadas e ainda referente ao controle e prevenção do Mormo também foi realizada coletas de material para diagnóstico laboratorial com ausência de positividade.

Também foram realizadas supervisões das ações da fiscalização do trânsito executadas pelo Posto Fixo de Vigilância Agropecuária localizado na região do Jundiá município de Rorainópolis na divisa entre os Estados de Roraima e Amazonas executadas por técnicos da Agência de Defesa

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

Agropecuária de Roraima – ADERR nos veículos transportando animais vivos, produtos e subprodutos de origem animal e pescado.

Com relação a alimentos para ruminantes fornecidos diretamente no cocho, foram realizadas por técnico do SIFISA/DDA/SFA-RR supervisões em propriedades rurais com objetivo de coibir o uso de subproduto de origem animal na alimentação de bovinos como fonte de proteína, para prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina.

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

**FISCINAN (Rendas do FFAP/MAPA)**

<b>Identificação da Ação</b>						
Código: 2124		Tipo: Atividade				
Título		Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal				
Iniciativa: 013F		Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários				
Objetivo: Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental		Código: 0368				
Programa: Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Finalístico		
Unidade Orçamentária: 22101		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Ação Prioritária		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
45.000,00	7.955,00	6.083,28	6.083,28	6.083,28	-	-
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalizar estabelecimento fabricante em região metropolitana		Estab Fiscalizado		03	03	
Fiscalizar estabelecimento fabricante fora da região metropolitana		Estab Fiscalizado		33	0	
Participação em eventos		Curso		02	0	
Registro de produtos usados na alimentação animal		Produto registrado		04	0	
Registro de fabrica de alimento para animais		Estab. Registrado		03	0	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

**ANALISE SITUACIONAL:**

Com relação a alimentos foram realizadas por técnico do SIFISA/DDA/SFA-RR fiscalizações com objetivo de coibir o uso de insumos inadequados na alimentação animal.

O maior problema encontrado para o pleno desenvolvimento das atividades foi a remoção do Fiscal Federal responsável para outra Superintendência.

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

**FISPROVET (Recursos Ordinários)**

<b>Identificação da Ação</b>						
Código: 2140		Tipo: Atividade				
Título		Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário				
Iniciativa: 013F		Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários				
Objetivo: Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental		Código: 0368				
Programa: Defesa Agropecuária		Código: 2028		Tipo: Finalístico		
Unidade Orçamentária: 22101		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Ação Prioritária		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
30.000,00	8.670,38	8.670,38	8.670,38	8.670,38	-	-
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalizar estabelecimento na região metropolitana		Estab fiscalizado	44	-	44	
Fiscalizar estabelecimento fora da região metropolitana		Estab fiscalizado	55	-	55	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

**ANÁLISE SITUACIONAL:**

A execução das metas programadas ocorreu dentro do previsto, apesar do contingenciamento de recursos ocorrido.

A fiscalização de estabelecimentos que comercializam produtos de uso veterinário ocorreu tanto na capital quanto em todos os municípios do estado, fazem parte desta ação apreensão de produtos sem registro no MAPA, verificação de prazo de validade e acondicionamento dos produtos.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

INPANIMAL (Recursos Ordinários)

Identificação da Ação						
Código: 8938			Tipo: Atividade			
Título			Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal			
Iniciativa: 0278			Inspeção e Fiscalização dos Produtos de Origem Animal			
Objetivo: Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros			Código: 0570			
Programa: Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária: 22101			Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Ação Prioritária			( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
35.217,00	3.846,68	1.319,79	1.319,79	1.319,79	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalizar estabelecimento na área de mel e derivados		Estab fiscalizado	01	-	01	
Amostra coletada		Unid	54	24	16	
Inspeção em matadouro de bovinos		Estab fiscalizado	01	-	01	
Inspeção em matadouro de suínos		Estab fiscalizado	01	-	01	
Fiscalizar estabelecimento comercial fora da região metropolitana		Estab fiscalizado	48	15	10	
Supervisão		Und	02	-	01	
Participação em curso treinamento		Und	02	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

**ANALISE SITUACIONAL:**

**Amostra coletada** – a reprogramação dessa meta deve ao contingenciamento de recursos no ano 2013, com isso não houve liberação de recursos para aquisição do material necessário ao encaminhamento ao laboratório.

**Fiscalização de estabelecimento:** a execução dessa meta também foi reprogramada devido ao contingenciamento de recursos, pois envolvia despesas com deslocamento como diárias e combustível, visto que, o DIPOA estava liberando recursos somente para despesas de caráter imprescindível.

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

**INSUASA (Recursos Ordinários)**

<b>Identificação da Ação</b>						
Código: 20QY			Tipo: Atividade			
Título			Apoio à reestruturação e implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)			
Iniciativa: 012X			Coordenação, supervisão e apoio às instâncias intermediárias e locais e auditoria do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)			
Objetivo: Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da Defesa Agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o Território Nacional			Código: 0366			
Programa: Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária: 22101			Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Ação Prioritária			( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.251.744,27	-	212.168,16	93.983,71	93.983,71	-	118.184,45
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Celebração de Convênio para Estruturação do Sistema Unificado de Atenção à Saúde Animal e Vegetal		Unid.	01	0	0	
Operação Ágata		Operação	-	-	1	
ERRADMOSCA - Área Controlada		ha	22.429.898	-	22.429.898	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

**ANALISE SITUACIONAL:**

A meta para Celebração de Convênio não foi executada, devido a não celebração do mesmo, visto que, o governo do estado não reuniu as condições necessárias previstas em lei.

A Operação Ágata executada pelas Forças Armadas em conjunto com vários órgãos da esfera Federal na prevenção e combate aos ilícitos em pontos estratégicos de fronteiras do Brasil teve a participação da Superintendência Federal de Agricultura nas ações na fronteira do Brasil com a Venezuela e Guiana. A operação foi deflagrada desde o dia 18 de abril com término no dia 05 de junho.

A Superintendência de Roraima participou com 16 servidores entre Fiscais Federais, Técnicos Agropecuários, Médico, pessoal administrativo e três estagiários de Agronomia que

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

estiveram presentes nos Postos de fronteira na cidade de Bonfim, fronteira com a Guiana e Posto de Pacaraima, fronteira da Venezuela.

Na ação de repressiva que coibiu a entrada no país de produtos de origem animal e vegetal foram apreendidas mudas de plantas ornamentais e frutíferas, frutas (banana, melão, maracujá, pêssego, morango), verduras (batata, repolho, tomate, cebola, alho) frango congelado, embutidos, ração para cachorros, gatos e equinos, fertilizantes e ovos. Os levantamentos de quantitativos das apreensões contabilizam 500 quilos de ração para animais; 210 quilos de fertilizantes, 200 quilos de frango congelado; 20 dúzias de ovos, 1 tonelada de frutas e verduras.

A UJ também esteve presente nas ações de Ação Social com a servidora Dra. Elizabeth Domingos que realizou atendimentos médicos em diversas comunidades indígenas e não indígenas por onde a Operação Ágata passou.

Face à inexistência de orçamento no PI ERRADMOSCA para custear as despesas na execução das ações de Monitoramento, Controle e Erradicação da Mosca da Carambola em Roraima, parte das despesas foram pagas com parte dos recursos do INSUASA.

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

**APOIOABC (Rendas da SARC/MAPA)**

<b>Identificação da Ação</b>						
Código: 8593			Tipo: Atividade			
Título			Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono			
Iniciativa: 02WU			Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnificada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC).			
Objetivo: Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários. (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).			Código: 0743			
Programa: Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização			Código: 2014		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária: 22101			Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Ação Prioritária			( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.504,32	7.504,32	7.504,32	7.504,32	7.504,32	-	-
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Evento		Unid.	01	-	01	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

**ANALISE SITUACIONAL:**

Os recursos desta Atividade foram destinados para participação de representantes desta Superintendência e do Secretário de Agricultura do Estado de Roraima em evento sob a Coordenação Nacional, com vista a divulgação das ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono realizada em Manaus/Am.

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

**DESENORG (Rendas da SARC/MAPA)**

Identificação da Ação						
Código: 8606		Tipo: Atividade				
Título		Desenvolvimento de Agricultura Orgânica				
Iniciativa: 02XB		Promoção do desenvolvimento da Agricultura Orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação dos mercados de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização.				
Objetivo: Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.		Código: 0744				
Programa: Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		Código: 2014		Tipo: Finalístico		
Unidade Orçamentária: 22101		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Ação Prioritária		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.718,65	7.718,65	7.718,65	7.718,65	7.718,65	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Formar Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes		Un	2	-	0	
Promover a Semana dos Alimentos Orgânicos		Participantes	350	-	469	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

**ANÁLISE SITUACIONAL:**

As atividades e recursos desta ação ficaram restritos à Semana dos Alimentos Orgânicos, que é uma campanha que acontece todos os anos e que procura divulgar o consumo dos alimentos orgânicos aos consumidores do Estado.

Neste enfoque foram atingidas 469 pessoas com palestras, visitas, excursões e distribuição de materiais de divulgação como folders e folhetos. A divulgação contou também com o apoio significativo da imprensa, a qual atingiu um número expressivo de consumidores, uma vez que teve a cobertura televisiva, rádio e jornal.

Portanto, a campanha teve um grande êxito alcançando seus objetivos.

A meta Implantação de Banco Comunitário de Sementes para Adubos Verdes não foi executada em virtude da não liberação dos recursos orçados para aquela meta.

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

**FISCAGRIC (Recursos Ordinários)**

<b>Identificação da Ação</b>						
Código: 2177		Tipo: Atividade				
Título		Fiscalização de Serviços Agrícolas				
Iniciativa: 02XL		Coordenação e Fiscalização da Atividade Agrícola				
Objetivo: Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.		Código: 0747				
Programa: Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		Código: 2014		Tipo: Finalístico		
Unidade Orçamentária: 22101		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Ação Prioritária		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.404,31	4.404,31	4.404,31	4.404,31	4.404,31	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Capacitação de Técnico		Unid.	01	-	01	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

**ANÁLISE SITUACIONAL:**

Os recursos foram descentralizados para pagamento de passagem e diárias para 01 (um) servidor se deslocar para treinamento em Brasília na área de aviação agrícola.

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

**FISCON (Recursos Ordinários)**

<b>Identificação da Ação</b>						
Código: 2B17			Tipo: Atividade			
Título			Fiscalização de Contratos de Repasse			
Iniciativa: 02XH			Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário			
Objetivo: Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.			Código: 0747			
Programa: Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização			Código: 2014		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária: 22101			Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Ação Prioritária			( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.206,72	2.206,72	2.206,72	2.206,72	2.206,72	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalização de contratos de Repasse		Fiscalização	02	-	02	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

**ANÁLISE SITUACIONAL:**

Ação delegada pelo SDC conforme a necessidade e conveniência da mesma.

A Fiscalização de contratos de repasse foi realizada nos municípios de Rorainópolis e Mucajaí, visando observar a funcionalidade dos objetos contratados em benefício dos produtores rurais.

Foram visitados 79 produtores em Mucajaí e 51 em Rorainópolis.

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

**MANUTSFAS (Recursos Ordinários)**

Identificação da Ação						
Código: 4716		Tipo: Atividade				
Título		Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas				
Iniciativa: -		-				
Objetivo: -		Código: -				
Programa: Programa de Apoio Administrativo		Código: 0750		Tipo: Apoio Administrativo		
Unidade Orçamentária: 22101		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento				
Ação Prioritária		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
700.000,00	703.186,00	703.038,06	554.865,67	552.865,67	-	148.172,39
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Superintendência Mantida		Unid.	01	-	01	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

**MANUTSFAS (Ações do Orçamento de Investimento)**

Identificação da Ação							
Código: 4716		Tipo: Atividade					
Título		Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas					
Iniciativa: -		-					
Objetivo: -		Código: -					
Programa: Programa de Apoio Administrativo		Código: 0750		Tipo: Apoio Administrativo			
Unidade Orçamentária: 22101		Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
Ação Prioritária		( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
-	8.000,00	-	-	-	-	-	-

**ANÁLISE SITUACIONAL:**

O crédito disponibilizado na LOA para a ação é distribuído sob a coordenação da Secretaria Executiva do MAPA para todas as Unidades Descentralizadas, sendo definido como indicador **SUPERINTENDÊNCIA MANTIDA**.

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

A SFA/RR baliza sua atuação em três diretrizes:

- Atendimento aos requisitos legais;
- Racionalização dos gastos públicos; e
- Motivação e valorização da força de trabalho.

E define os seguintes macroprocessos para atingir esse objetivo:

- Execução orçamentária e financeira;
- Gestão de Pessoas;
- Administração da frota de veículos;
- Administração e controle do patrimônio – mobiliário e imobiliário;
- Aquisição e gerenciamento de bens e serviços;
- Gerenciamento de contratos;

Considerando o sucesso na consecução da maioria das metas físicas das ações finalísticas é evidente a importância e o desempenho favorável das Atividades de Apoio Administrativo para o desenvolvimento das ações de toda a Superintendência.

Cabe ressaltar que para o êxito dessas ações destaca-se um rol de atividades atribuídas aos diversos Setores da Área Administrativa, que consiste em desenvolver planejamento, organização, coordenação, orçamento e finanças, gestão de pessoas, licitações e contratos, controle da frota de veículos entre outras.

Os Recursos de Ações do Orçamento de Investimento foram repassados próximo ao final do exercício e não foram aplicados em razão de não haver tempo hábil para conclusão dos procedimentos de aquisição.

### 2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Acreditamos que comentamos sobre todos os aspectos o processo de gestão

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

### 3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.13.1 Estrutura orgânica de controle da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula:

Na UJ não existe uma estrutura de governança normatizada e com atribuições definidas, tampouco estruturas de governança externas à UJ, tais como auditoria independente ou, conselhos externo. Todo controle é efetuado no próprio órgão Superior e constam no Relatório de Gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

#### 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

A equipe procura se pautar na legislação vigente e utilizar ferramentas tais como: SIAFI Gerencial, SIAFI Operacional, Plano Operativo, Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos – SIGED, dentre outras, para assegurar a conformidade dos atos de gestão, a concorrer para que os objetivos e metas estabelecidas para a unidade sejam alcançados e evitar perdas, mau uso e dano dos recursos. Mas temos plena consciência que necessitamos normatizar o processo para aumentar a eficiência.

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	X				
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores					X

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

de responsabilidade da unidade.					
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p><b>Análise Crítica:</b>  O Controle Interno de Auditoria é feito pelo Ministério, cabendo aos servidores da UJ seguirem a Legislação para evitar procedimentos falhos.  Reconhecemos a necessidade de aperfeiçoarmos nossos processos, que atualmente contam somente com a vontade de acertar dos servidores envolvidos.  Importante frisar que todas as ações desencadeadas são inicialmente levadas a AGU para parecer técnico, na tentativa de evitar possíveis erros.</p>					

3.3 Remuneração Paga a Administradores (**NÃO SE APLICA A UJ**)

3.4 Sistema de Correição

As informações sobre este item estão sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE, unidade da Secretaria-Executiva, a qual compete, além de supervisionar todo o sistema de Correição do MAPA, coordenar, no âmbito do MAPA, os lançamentos do sistema CGU/PAD e constam no Relatório de Gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

As informações sobre este item estão sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE, unidade da Secretaria-Executiva, a qual compete, além de supervisionar todos os sistema de Correição do MAPA, coordenar, no âmbito do MAPA, os lançamentos do sistema CGU/PAD e constam no Relatório de Gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Não existem Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos.

A maneira que desenvolvemos os trabalhos obedecendo às leis e regulamentos que a regem; o cuidado com os recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano; a eficácia e a eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados dentro das ações, é o maior indicador e nos leva a crer que estamos no caminho correto, é claro que como foi dito no item 3.2 necessitamos normatizar o processo para aumentar a eficiência.

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

4 Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

4.1 Execução das despesas

4.1.1 Programação (**NÃO SE APLICA A UJ**)

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa (**NÃO SE APLICA A UJ**)

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total (**NÃO SE APLICA A UJ**)

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

**Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ**

<b>Unidade Orçamentária:</b>	<b>Código UO:</b>		<b>UGO:</b>	
<b>Modalidade de Contratação</b>	<b>Despesa Liquidada</b>		<b>Despesa paga</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>1.391.995,79</b>	<b>976.723,35</b>	<b>1.391.995,79</b>	<b>976.723,35</b>
a) Convite	0,00	43.599,86	0,00	43.599,86
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	1.391.995,79	933.123,49	1.391.995,79	933.123,49
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>203.514,58</b>	<b>116.079,95</b>	<b>203.514,58</b>	<b>116.079,95</b>
h) Dispensa	127.899,02	88.801,36	127.899,02	88.801,36
i) Inexigibilidade	75.615,56	27.278,59	75.615,56	27.278,59
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>14.222,97</b>	<b>10.921,58</b>	<b>14.222,97</b>	<b>10.921,58</b>
j) Suprimento de Fundos	14.222,97	10.921,58	14.222,97	10.921,58
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>11.405.682,59</b>	<b>10.522.070,48</b>	<b>11.405.682,59</b>	<b>10.522.070,48</b>
k) Pagamento em Folha	10.714.230,55	9.783.296,59	10.714.230,55	9.783.296,59
l) Diárias	691.452,04	738.773,89	691.452,04	738.773,89
<b>5. Outros</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>13.001.192,96</b>	<b>11.625.795,36</b>	<b>13.001.192,96</b>	<b>11.625.795,36</b>

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR**

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total (NÃO SE APLICA A UJ)

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

**Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ**

Unidade Orçamentária:		Código UO:				UGO:			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
<b>1. Despesas de Pessoal</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	
Nome 1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>									
339030.00	871.759,88	589.696,73	871.759,88	419.441,86	54.747,16	335.271,09	691.453,04	254.425,64	
339014.00	691.453,04	738.773,89	691.453,04	619.013,55	0,00	-	624.403,47	738.773,89	
339039.00	309.105,96	480.480,76	309.105,96	206.854,67	196.929,79	43.440,40	284.269,92	265.530,96	
Demais elementos do grupo	471.719,44	533.062,33	471.719,44	823.906,88	33.653,97	5.320,00	410.338,17	526.810,93	
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
<b>4. Investimentos</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	
449052.00	10.924,24	238.026,96	9.617,84	205.200,00	1.306,40	32.826,96	1.306,40	205.200,00	
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
<b>5. Inversões Financeiras</b>									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									

Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680

TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

<b>6. Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação (**NÃO SE APLICA A UJ**)

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e elemento de Despesa – Créditos de Movimentação (**NÃO SE APLICA A UJ**)

4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

A Execução Orçamentária no exercício de 2013 no âmbito da SFA/RR foi realizada de acordo com os ditames emanados pela Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura com os recursos descentralizados diferentemente do que foi programado com antecedência no plano operativo da UJ para o exercício em referência.

Tal ocorrência acarretou na não execução de algumas Ações dos Programas Finalísticos.

Todas as demandas para o bom e efetivo funcionamento administrativos da UJ foram cumpridas. Entretanto com os repasses feitos nos últimos dias do exercício e com os cortes nos orçamentos destinados às SFA's em 2013, várias ações deixaram de ser atendidas, principalmente em investimentos e serviços.

Não obstante todas as dificuldades, enfrentadas ao longo do exercício de 2013 pela gestão, com cortes no limite orçamentário para essa Unidade, considera-se que as tarefas e ações foram cumpridas, em atenção ao principal usuário da SFA/RR, ou seja, a sociedade roraimense.

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

### 4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos **(NÃO SE APLICA À UJ)**

### 4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

#### Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	589.299,25	285.330,92	303.968,33	0,00
2011	850.185,00	24.037,42	826.147,58	0,00
2010	332.329,98	11.179,94	321.150,04	0,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2013	-	-	-	-
2012	-	-	-	-
2011	-	-	-	-

#### 4.3.1 Análise Crítica

Esta UJ tem se preocupado com a permanência de restos a pagar que possa implicar em alguma não conformidade. A estratégia adotada para evitar tal fato é o acompanhamento para liquidar o mais rápido possível este tipo de recurso financeiro. Conforme pode ser observado no quadro acima não há saldo em restos a pagar para os exercícios objeto de análise.

### 4.4 Transferências de Recursos **(NÃO SE APLICA À UJ)**

### 4.5 Suprimento de Fundos

#### 4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

#### Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	01	2.000,00	03	12.222,97	14.222,97
2012	-	-	01	800,00	05	10.121,58	10.921,58
2011	-	-	-	-	04	6.582,76	6.582,76

#### 4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B” **(NÃO SE APLICA À UJ)**

#### 4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

#### Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	130093	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Hildeberto Mário França Silva	022.140.593-34	9.200,00	2.000,00	7.028,09	9.028,09
Manoel Décio de Lima	127.992.113,72	6.000,00	0,00	4.195,38	4.195,38
Juan Manoel Herrera Must	512.728.142-20	1.000,00	0,00	999,50	999,50
Total Utilizado pela UG			2.000,00	12.222,97	14.222,97
Total Utilizado pela UJ					

Fonte: **SEOF/SAD/SFA-RR**

Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680

TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

### 4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

#### Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC não Aprovadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PC Aprovadas	-	-	-	-	-	-	<b>03</b>	<b>14.222,97</b>	<b>05</b>	<b>10.921,58</b>	<b>04</b>	<b>6.582,76</b>

Fonte: **SEOF/SFA-RRR**

### 4.5.5 Análise Crítica

A gestão dos recursos utilizados por meio da sistemática de suprimento de fundos é executada dentro da maior transparência possível, ficando inclusive o Portador obrigado a apresentar antes da compra uma proposta de custo para apreciação do senhor Superintendente para aprovação, e são utilizados para atender as demandas das áreas administrativas e finalísticas.

O controle interno para assegurar que a aplicação dos recursos está em conformidade com a legislação vigente é feito por um servidor formado em Ciências Contábeis e com curso de especialização em Auditoria.

Os recursos foram utilizados para atender as demandas das áreas administrativas e finalísticas.

### 4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ (NÃO SE APLICA À UJ)

### 4.7 Gestão de Precatórios (NÃO SE APLICA À UJ)

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

5 Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

### 5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

#### 5.1 Estrutura de pessoal da unidade

##### 5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

###### 5.1.1.1 Lotação

###### Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>107</b>	<b>98</b>	<b>06</b>	<b>03</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	107	98	06	03
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	107	107	06	03
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
4. Total de Servidores (1+2+3)	107	98	06	03

Fonte: Extrator-SIAPE

#### Análise crítica

Na análise do Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Um ponto que merece atenção é o elevado número de servidores na UJ que já cumpriram os requisitos legais para aposentadoria, estima-se que nos próximos cinco anos a maioria dos servidores desta SFA/RR já façam jus ao abono de permanência de que trata a EC 41/2003. É importante ressaltar que os gestores desta SFA/RR já estão cientes desta situação.

No tocante às informações sobre autorização e realização de concursos públicos é importante informar que está UJ não possui competência regimental, para adotar esse tipo de providência. Sendo assim conforme acima mencionado, as medidas adotadas nesse aspecto se restringem a solicitações à Unidade Gestora Central.

##### 5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

###### Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>09</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	06
1.2. Exercício de Função de Confiança	02
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas - Requisição para o Tribunal Regional Eleitoral/TER/RR ( art.93, § 1º da Lei nº 8.112/90).	01
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>0</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0

Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680

TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>9</b>

Fonte: Extrator-SIAPE

### 5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

#### 5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ  
(Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	6	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	6	6	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>03</b>	<b>02</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	16	16	03	02
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>22</b>	<b>22</b>	<b>03</b>	<b>02</b>

Fonte: Extrator-SIAPE

### 5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

#### Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>01</b>	<b>17</b>	<b>57</b>	<b>10</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	01	14	37	11
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>02</b>	<b>05</b>	<b>14</b>	<b>01</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	01	0	4	01
2.3. Funções Gratificadas	0	01	05	10	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>03</b>	<b>22</b>	<b>71</b>	<b>11</b>

Fonte: Extrator-SIAPE

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

### 5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>01</b>	<b>05</b>	<b>54</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	01	05	54	23	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0					0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>01</b>	<b>12</b>	<b>09</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	02	04	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	01	10	05	0	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>01</b>	<b>06</b>	<b>66</b>	<b>34</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>LEGENDA</b>									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: **Extrator-SIAPE**

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

### 5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

**Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2013	4.684.158,57	5.052,12	2.097.990,19	212.767,89	373.013,96	85.760,07	18.686,78	9.512,79	40.098,39	7.527.040,76
	2012	3.345.532,93	5.052,12	3.153.608,61	246.989,63	274.176,49	80.249,00	39.614,01	-	-	7.145.222,79
	2011	3.441.701,43	6.671,47	3.332.924,70	291.632,72	279.979,28	97.211,00	28.222,43	-	-	7.478.343,03
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	54.831,06	-	39.201,06	-	22.007,12	15.556,00	-	-	-	431.595,24
	2012	100.070,75	-	1.222,88	-	5.640,34	2.530,00	-	-	-	109.463,97
	2011	457.801,57	-	42.055,65	-	26.858,85	15.560,00	-	-	-	542.276,07
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	848.525,22	116.549,28	79.805,86	27.709,19	27.270,00	14.638,42	-	-	6.114,80	1.120.612,77
	2012	490.138,16	113.605,92	386.491,94	46.670,95	21.888,00	10.257,61	-	-	-	1.069.052,58
	2011	440.967,48	106.563,76	354.075,77	18.996,62	18.647,71	8.635,00	-	-	-	947.886,34
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	1.255.670,27	73.178,91	167.410,71	15.701,46	79.248,40	28.513,72	9.482,40	-	5.775,91	1.634.981,78
	2012	859.962,26	69.291,57	406.689,68	41.217,93	56.083,12	20.022,47	4.431,03	1.860,09	-	1.495.558,15
	2011	811.648,20	67.685,07	428.330,24	27.989,36	54.346,42	21.924,24	3.507,62	-	-	1.415.431,15

Fonte: DW/Siapnet

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

### 5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

#### 5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	<b>10</b>	<b>03</b>
1.1 Voluntária	08	03
1.2 Compulsória	01	00
1.3 Invalidez Permanente	01	00
1.4 Outras	00	00
<b>2. Proporcional</b>	<b>07</b>	<b>00</b>
2.1 Voluntária	06	00
2.2 Compulsória	01	00
2.3 Invalidez Permanente	00	00
2.4 Outras	00	00
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>17</b>	<b>03</b>

Fonte: DW/Siapnet

#### 5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>14</b>	<b>0</b>
1.1. Integral	11	0
1.2. Proporcional	03	0
<b>2. Em Atividade</b>	<b>13</b>	<b>0</b>
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>27</b>	<b>0</b>

Fonte: DW/Siapnet

### 5.1.5 Cadastramento no Sisac

#### 5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	00	00	00	00
Concessão de aposentadoria	03	00	03	00
Concessão de pensão civil	00	00	00	00
Concessão de pensão especial a ex-combatente	00	00	00	00
Concessão de reforma	00	00	00	00
Concessão de pensão militar	00	00	00	00
Alteração do fundamento legal de ato concessório	00	00	00	00
<b>Totais</b>	<b>03</b>	<b>00</b>	<b>03</b>	<b>00</b>

Fonte: SGP/SAD/SFA-RR

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

### 5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU (SEM OCORRÊNCIA)

### 5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

#### Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	00	00	00	00
Concessão de aposentadoria	03	00	00	00
Concessão de pensão civil	00	00	00	00
Concessão de pensão especial a ex-combatente	00	00	00	00
Concessão de reforma	00	00	00	00
Concessão de pensão militar	00	00	00	00
Alteração do fundamento legal de ato concessório	00	00	00	00
<b>Total</b>	<b>03</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	00	00	00	00
Cancelamento de concessão	00	00	00	00
Cancelamento de desligamento	00	00	00	00
<b>Total</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>

Fonte: SGP/SAD/SFA-RR

### 5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico (SEM OCORRÊNCIA)

#### 5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Em relação à existência nesta UJ de sistema de controle referente à acumulação de cargos públicos, informo que no momento da posse, remoção e aposentadoria, o servidor informa por meio de declaração que não acumula cargos públicos.

O sistema SIAPE indica a existência de outra matrícula ativa para o servidor.

É utilizado o sistema SIAPE para indicar a existência de outra matrícula ativa para o servidor, e assim evitar que tal fato ocorra e o controle é implementado e revisto mensalmente.

Pelo exposto não existe servidor acumulando cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal desta Unidade Jurisdicionada

#### 5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não se aplica, tendo em vista não haver acontecido fatos dessa natureza.

#### 5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Os Indicadores Institucionais encontram-se consolidados no Relatório de Gestão 2013 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

### 5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

#### 5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão (NÃO SE APLICA)

#### 5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados (NÃO SE APLICA)

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

### 5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

#### Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO													
UG/Gestão: 130093						CNPJ: 00.396.895/0035-74							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	006/2010	84.013.234/0001-63	23/03/2012	22/03/2014	4	4					P
2011	V	O	013/2011	84.013.234/0001-63	07/12/2012	06/12/2014			2	2			P
2012	V	O	008/2011	84.013.234/0001-63	23/05/2013	22/05/2014			4	4			P
Observações:													
<b>LEGENDA</b> Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: **SAD/SFA-RR**

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão (**NÃO SE APLICA**)

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Não foram encontradas dificuldades pela administração na condução dos contratos de prestação de serviços, tais como interrupções na prestação de serviços e não pagamento de verbas trabalhistas por empresas contratadas e as providências adotadas. Até a presente data as empresas estão cumprindo todas as cláusulas contratuais.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>20.746,64</b>
1.1 Área Fim	0	4	4	4	20.746,64
1.2 Área Meio	-	-	-	-	-
<b>2. Nível Médio</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>6.708,66</b>
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	0	2	2	2	6708,66
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>27.455,30</b>

Fonte: SGP/SAD/SFA-RR

6 Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

## 6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

### 6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

#### Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;  
A legislação que regula a constituição e forma de utilização da frota de veículos oficiais, por parte desta SFA-RR é o Decreto nº 6.403/2008 de 17 de março de 2008 e Portaria Nº 191 de 23 de outubro de 2012 da Secretaria Executivo do MAPA, que estabeleceu regras para a aquisição de veículos com a finalidade de renovação da frota.
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;  
A frota de veículos tem significativa importância, no âmbito da SFA-RR consoante suas ações de defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuária, sendo utilizado para deslocamento de fiscais aos bairros da capital e outros municípios do estado. A área meio também faz uso da frota nas atividades de entrega de documentos, coleta de preços, transportes de equipamentos e etc.

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Atualmente o Núcleo de Transportes conta com 28 (vinte e oito) veículos de transporte institucional.

Ordem	Placa	UF	Marca/submarca	Ano Fab.	Chassi	Patrimônio	Combustível	Órgão/setor	Situação do Veículo
1	HEE3371	RR	NISSAN/FRONTIER 4X4 XE	2006	94DCEUD227J769412	001717	DIESEL	SFA-RR/GM	ATIVO-MÉDIO
2	MWD6350	RR	FORD /RANGER XL 13F	2001	8AFER13F62J235512	001718	DIESEL	SFA-RR/GM	ATIVO-MÉDIO
3	MWK4710	RR	FORD /RANGER XLT 13F	2002	8AFER13F23J290623	001719	DIESEL	SFA-RR/GM	ATIVO-MÉDIO
4	MWK4730	RR	FORD /RANGER XLT 13F	2002	8AFER13F63J290625	001720	DIESEL	SFA-RR/GM	ATIVO-MÉDIO
5	MWL3955	RR	MITSUBISHI/L-200	2008	93XHMK7408C840772	001716	DIESEL	SFA-RR/GM	ATIVO-BOM
6	NAK9612	RR	VOLKSWAGEN/GOL POWER 1.6	2004	9BWCB05X65P071947	000695-00	GASOLINA	SFA-RR/GM/SEFISV/RR	INATIVO-RUIM
7	NAK9872	RR	VOLKSWAGEN/GOL 1.0	2004	9BWCA05X65T053846	000692-00	ALCOOL	SFA-RR/GM/NTR/SAD-RR	INATIVO-RUIM
8	NAL0362	RR	VOLKSWAGEN/GOL POWER 1.6	2004	9BWCB05X65P074136	000696-00	GASOLINA	SFA-RR/GM/SEFISV/RR	ATIVO-MÉDIO
9	NAL0522	RR	VOLKSWAGEN/GOL POWER 1.6	2004	09BWCB05X65P07097	000694-00	GASOLINA	SFA-RR/GM/UVGFBFM/RR	ATIVO-MÉDIO
10	NAL0662	RR	VOLKSWAGEN/GOL 1.0	2004	9BWCA05X65T054334	000693-00	ALCOOL	SFA-RR/GM/UVGFAC/RR	ATIVO-MÉDIO
11	NAM1105	RR	NISSAN/FRONTIER 4X4 XE	2005	94DCMUD225J600841	000730-00	DIESEL	SFA-RR/GM/SIFISA/RR	ATIVO-MÉDIO
12	NAM1125	RR	NISSAN/FRONTIER 4x4	2005	94DCMUD225J603818	000729-00	DIESEL	SFA-RR/GM/SEFISV/RR	ATIVO-MÉDIO
13	NAM1135	RR	VOLKSWAGEN/GOL POWER 1.6	2005	9BWCB05X75P12398	000731-00	GASOLINA	SFA-RR/GM/SAG/RR	ATIVO-MÉDIO
14	NAM1251	RR	RENAULT/LOGAN/EXP 1.6	2010	93YLSR7UHBJ669687	001515-00	GASOLINA	SFA-RR/GM/SAD/SFA-RR	ATIVO-BOM
15	NAN9006	RR	NISSAN/FRONTIER 4X4 XE	2005	94DCMUD225J614132	000732-00	DIESEL	SFA-RR/GM/SEFISV/RR	ATIVO-MÉDIO
16	NAR3036	RR	MITSUBISHI/L-200	2009	93XGNK7409C957728	406272	DIESEL	SFA-RR/GM/SEFISV/RR	ATIVO-MÉDIO
17	NAS1642	RR	FIAT/PALIO HLX FLEX	2007	9BD17141T22912588	000886-00	GASOLINA	SFA-RR/GM/DDA/SFA/RR	ATIVO-MÉDIO
18	NAS2162	RR	FIAT/PALIO HLX FLEX	2007	9BD17141T72912608	000887-00	GASOLINA	SFA-RR/GM/SIFISA/RR	ATIVO-MÉDIO
19	NAT2423	RR	FIAT/PALIO HLX FLEX	2007	9BD17141T72927026	000885-00	GASOLINA	SFA-RR/GM/SIFISA/RR	ATIVO-MÉDIO
20	NAW8286	RR	MITSUBISHI/L200 4X4 L	2009	93XGNK7409C957577	406277	DIESEL	SFA-RR/GM/SIFISA/RR	ATIVO-BOM
21	NAX1690	RR	CHEVROLET / GM/GM/S10 COLINA D 4X4 21	2008	9BG138JJ09C416348	001106-00	DIESEL	SFA-RR/GM	ATIVO-BOM
22	NAX1710	RR	CHEVROLET / GM/S 10 COLINA D 4X4 22	2008	9BG138JJ09C416465	001107-00	DIESEL	SFA-RR/GM/SEFISV/RR	ATIVO-MÉDIO
23	NAX1720	RR	CHEVROLET / GM/GM/S10 COLINA D 4X4 23	2008	9BG138JJ09C416517	001108-00	DIESEL	SFA-RR/GM/SIFISA/RR	ATIVO-BOM
24	NAX1730	RR	CHEVROLET / GM/GM/S10 COLINA D 4X4 24	2008	9BG138JJ09C416039	001109-00	DIESEL	SFA-RR/GM/SIFISA/RR	ATIVO-BOM

Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680  
 TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

25	NAX6367	RR	CHEVROLET / GM/GM/S10 COLINA D 4X4 25	2009	9BG138JJ0AC408016	001185-00	DIESEL	SFA-RR/GM/SEFISV/RR	ATIVO-BOM
26	NUJ8910	RR	CHEVROLET / GM/CELTA	2010	9BGRX48F0BG205471	001324-00	GASOLINA	SFA-RR/GM/DDA/SFA/RR	ATIVO-BOM
27	NUJ8920	RR	CHEVROLET / GM/S10	2010	9BG138GF0BC425696	001323-00	GASOLINA	SFA-RR/GM/SIFISA/RR	ATIVO-BOM
28	TRA1656	RR	TOYAMA/TOYAMA	2011	000000000000	001656-00	DIESEL	SFA-RR/GM/NTR/SAD-RR	ATIVO-BOM

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Veículos a diesel: 291.145 km rodados.  
Média por veículos. 19.410 km rodados.  
Combustível consumido: 37.963 l  
Média por veículos. 7.67 km/lt

Veículos a Gasolina: 64.482 km rodados  
Média por veículos. 9.212 km rodados.  
Combustível consumido: 9.202 l  
Média por veículos. 7,00 Km/l

Veículo a Álcool: 7.942 km rodados  
Combustível consumido: 879 l  
Média consumida por veículo: 9,03 Km/l

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;  
7 (sete) anos.

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Gastos com combustível: R\$ 119.092,74  
Gastos com material para manutenção: R\$ 212.688,91  
Gastos com serviços de manutenção (mão-de-obra): R\$ 46.006,09

g) Plano de substituição da frota;  
O Ministério adota anualmente o PAAV - Plano Anual de Aquisição de Veículos, onde as Unidades encaminham as suas pretensões de aquisição.  
Para o exercício de 2013 foi adotado o remanejamento de veículos ociosos de uma Unidade para outra.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;  
Tal escolha é emanada pelo Ministério, como se percebe claramente no item anterior.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.  
Foi implantado em 2012 o SCVA - Sistema de Controle de Veículos Automotores do Ministério, é com esse Sistema que hoje a frota de Veículos do MAPA é controlada, através de geração relatórios de quilometragem rodada, consumo de combustível e gasto com manutenção.

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

6.2 Gestão do patrimônio imobiliário da União que esteja sob a responsabilidade da unidade, contemplando:

### 6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	RORAIMA	2	2
	BOA VISTA	2	2
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	-	-
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>2</b>	<b>2</b>
EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	-	-
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>2</b>	<b>2</b>

Fonte: SMP/SAD/SFA-RR

### 6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional (NÃO OCORREU)

### 6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
130093	301001075001	13	3	95.000,00	16/05/2011	250.844,38	-	-
130093	301001655008	13	3	190.0000,00	27/11/2012	2.045.281,93	-	-
Total								

Fonte: SMP/SAD/SFA-RR

#### Análise Crítica:

Ambos os bens imóveis foram entregues à Administração Federal Direta e no momento estão sendo gerenciados pela Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Roraima.

### 6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros (NÃO OCORREU)

7 Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.

## 7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

### 7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

#### 7.1.1 Análise Crítica

A SFA não realiza nenhuma atividade de TI, relacionadas, e nem sequer possui contratos de TI, Conclui-se por tornar o Quadro A.8.1 sem aplicação, porque apesar de possuímos todo aparato de Informação não podemos declará-lo, pois toda gestão de TI no âmbito do MAPA é afeta à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação em Brasília, logo não se aplicara a nossa UJ.

Há na sede da UJ um Posto de Suporte Técnico Avançado (contrato realizado pela Sede do Mapa com a empresa CTIS), contando com um funcionário terceirizado para auxiliar os servidores da SFA-RR nas diversas demandas.

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

8 Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

### 8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

#### 8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

##### Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).		X			
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? É visível no Quadro A.8.2 a economia no consumo e no valor, apesar do aumento do preço do quilowatt/hora e do litro d'água e taxa de esgoto.			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Cartuchos para impressora		X			
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
Considerações Gerais: O presente Quadro foi respondido pela equipe da CPL, do Pregão, dos Transportes e Comunicação					

Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680

TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

### 8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

A UJ não aderiu a algum tipo de programa de gestão ligado à temática sustentabilidade ambiental. Motivo pelo qual não detalharemos a política adotada para estimular o uso racional de papel, energia elétrica e água. Mas com o foco na redução de despesas, o consumo desta UJ diminuiu sensivelmente.

**Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água**

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	300	254	251	3.213,00	2.946,40	2.868,93
Água	1.490	1.407	1.686	17.984,51	17.265,02	19.141,15
Energia Elétrica CERR	14.764	16.372	15.922	6.838,81	7.352,20	6.526,41
Energia Elétrica ELETRONORTE	147.986	160.673	119.846	57.527,26	71.993,46	76.427,92
			<b>Total</b>	<b>85.563,58</b>	<b>99.557,08</b>	<b>76.427,92</b>

Fonte: SAD/SFA/RR

9 Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

### 9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU (**NÃO OCORREU**)

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício (**NÃO OCORREU**)

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício (**NÃO OCORREU**)

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI (**NÃO OCORREU**)

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício (**NÃO OCORREU**)

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício (**NÃO OCORREU**)

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna (**NÃO OCORREU**)

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

**Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR**

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei n° 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei n° 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			

Avenida Santos Dumont, 594 – São Pedro – Boa Vista – RR – CEP 69.306-680

TEL: (95) 3624-1225 / 3623-9603 / 3623-9608 / FAX: (95) 3623-9364

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	20		20
	Entregaram a DBR	20		20
	Não cumpriram a obrigação	-		-

Fonte:SGP

### 9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Todos servidores cumpriram a obrigação de entregar a DBR

A SFA-RR através da Seção de Gestão de Pessoas mantém as declarações dos impostos de renda de quem tem função gratificada arquivadas para eventual atendimento ao TCU, conforme estabelece a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Não existe sistema informatizado para esse gerenciamento, mas a maioria dos servidores optou pela autorização de acesso.

Não é realizada nenhuma análise para identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

As DBR são arquivadas nas pastas funcionais dos servidores.

### 9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário (**NÃO OCORREU**)

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

Quadro A.9.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV (ANEXO II)

**DECLARAÇÃO**

Eu, **DIVINO CARLOS GOUVÊA**, CPF nº **121.813.231-00**, Superintendente da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Boa Vista-RR, 25 de março de 2014.

***DIVINO CARLOS GOUVÊA***  
Superintendente  
CPF 121.813.231-00

10 Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

## 10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### **Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)**

Inaugurado em 12 de abril de 2012 no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o SIC comemora muito sucesso: eficiência e satisfação dos cidadãos.

## Números do SIC



### **Entenda o SIC**

A Lei 12.527 de 18.11.2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), orienta a prestação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

### **LAI: processo de gestão transparente**

Amplio acesso, divulgação, disponibilidade, autenticidade e integridade de informações de interesse público, resguardando o caráter sigiloso e pessoal.

### **Objetivos da LAI**

- Atender e orientar o público quanto ao acesso às informações
- Informar sobre a tramitação de documentos
- Conceder o acesso imediato à informação disponível
- Protocolizar documentos e requerimentos de acesso às informações

### **SIC no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Um canal de atendimento às solicitações de informações públicas

- 4 funcionários integralmente dedicados ao atendimento ao cidadão
- Interlocutores em todas as secretarias do ministério e também nas unidades descentralizadas de todo o país

Para apoiar estrategicamente as ações do SIC e garantir a qualidade dos serviços prestados ao cidadão, o ministério conta também com a Comissão Permanente de Acesso à Informação (CPAI), com representantes de diversas áreas.

É obrigatória a resposta aos pedidos feitos pelo SIC, dentro do prazo de 20 dias, observando se o documento ou a informação a ser enviada não está classificada em grau de sigilo.

### **Tipos de respostas:**

Acesso concedido: a informação foi fornecida

Acesso negado: a informação não pode ser disponibilizada

Informação inexistente: não existe o dado na instituição

### **Canais de atendimento do SIC**

Ligação gratuita para [0800 704 1995](tel:08007041995)

Horário de funcionamento: das 8h às 20h, todos os dias da semana.

Fax para 61.3218.2401

E-mail para [sic.mapa@agricultura.gov.br](mailto:sic.mapa@agricultura.gov.br)

Formulário Online de Requisição de Informação pelo site [agricultura.gov.br/sic](http://agricultura.gov.br/sic)

Chat Online pelo site [agricultura.gov.br/sic](http://agricultura.gov.br/sic)

Horários de funcionamento: das 08h às 20h, de segunda à sexta-feira.

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

e-SIC pelo sistema da CGU – Controladoria Geral da União, em seu portal de internet  
Correspondência ou presencialmente

Esplanada dos Ministérios

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Bloco D, Anexo B, Sala 20, Térreo

CEP: 70842-970

Brasília-DF

Caixa Postal 02432

Horários de funcionamento para atendimento pessoal: das 8h às 18h, de segunda à sexta-feira, exceto aos feriados.



*Levantamento dos dados realizado no período de 12/02/12 a 31/03/13*

Nesta UJ existe 01 interlocutor para formalizar qualquer demanda e repassar ao Superintendente que encaminhará o fato ao setor competente para responder no prazo previsto (20 dias), ou enviar para o MAPA.

Há ainda a possibilidade de a demanda ser formalizada no MAPA e encaminhada para esta UJ para as providências.

No presente exercício não ocorreu nenhuma demanda no SIC para esta SFA.

11 Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

### 11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

11.1.1 Tratamento Contábil da Depreciação, Amortização, Exaustão de Itens do Patrimônio e Mensuração de Ativos e Passivos da Unidade

A Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais CGLSG deveria ter aberto um Pregão no exercício, referente a manutenção e suporte técnico do software de gestão ASI, módulos de patrimônio mobiliário e almoxarifado motivada pela necessidade da implantação do módulo de depreciação/amortização, mas até o presente não foi implantado na Unidade.

- A UJ não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;
- Justifica-se pelo contingenciamento, apesar dos esforços da Coordenação, conforme acima descrito;

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR

- c) Não está sendo adotada nenhuma metodologia para estimar a vida útil econômica do ativo na UJ;
- d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão (Não estão sendo aplicados);
- e) As taxas utilizadas para os cálculos (Não estão sendo aplicados);
- f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido (Não estão sendo aplicados);
- g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício (Não estão sendo aplicados).

### 11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

#### 11.2.1 Declaração Plena (Não Houve)

#### 11.2.2 Declaração com Ressalva

Quadro A.11.2.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
SUPERINTENDENCIA FED. DE AGRIC. PEC. E ABASTECIMENTO – SFA/RR			130093
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a: a) – Saldo Along/Indev. Contas Trans. Ativo Não Circulante Imobiliário; Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
<b>Local</b>	<b>Brasília</b>	<b>Data</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>ALBERTO JERONIMO PEREIRA</b>	<b>CRC nº</b>	<b>006624/T-8</b>

11.3 Demonstrações contábeis e notas explicativas previstas na Lei nº 6.404/1976 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 (**NÃO SE APLICA A UJ**)

11.4 Demonstrações contábeis e notas explicativas previstas na Lei nº 6.404/1976 (**NÃO SE APLICA A UJ**)

11.5 Demonstração da composição acionária do capital social (**NÃO SE APLICA A UJ**)

11.6 Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis (**NÃO SE APLICA A UJ**)

12 Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ Sobre a Gestão

Todas as informações consideradas relevantes em nossa visão estão contempladas nos itens e subitens anteriores.

**Parte B, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013**

57 Parte B, item 45, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.

Em 09 de outubro de 2012 a CODESAIMA /Matadouro Frigorífico Industrial de Roraima foi autuado através do Auto de Infração n.º 02/2012/RR, originando o Processo n.º 21048.000207/2012-50, por infringir o art. 80 do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal /RIISPOA, aprovado pelo Dec. 30.691/52.

A autuada apresentou defesa tempestiva, no entanto não foi acatada pela relatoria. Em julgamento em 1ª instância foi aplicada a penalidade de multa no valor de R\$ 10.641,00.

A mesma entrou com pedido de recurso em 2ª instância em 10/12/2012. O processo foi encaminhado ao Departamento de Inspeção em Brasília que julgou desfavorável o recurso administrativo impetrado. Ficando a penalidade aplicada mantida.

O Processo foi encaminhado a Procuradora Geral da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa da União.

ANEXO I

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Mapa Estratégico

Missão

**Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira**

Visão

**Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio**

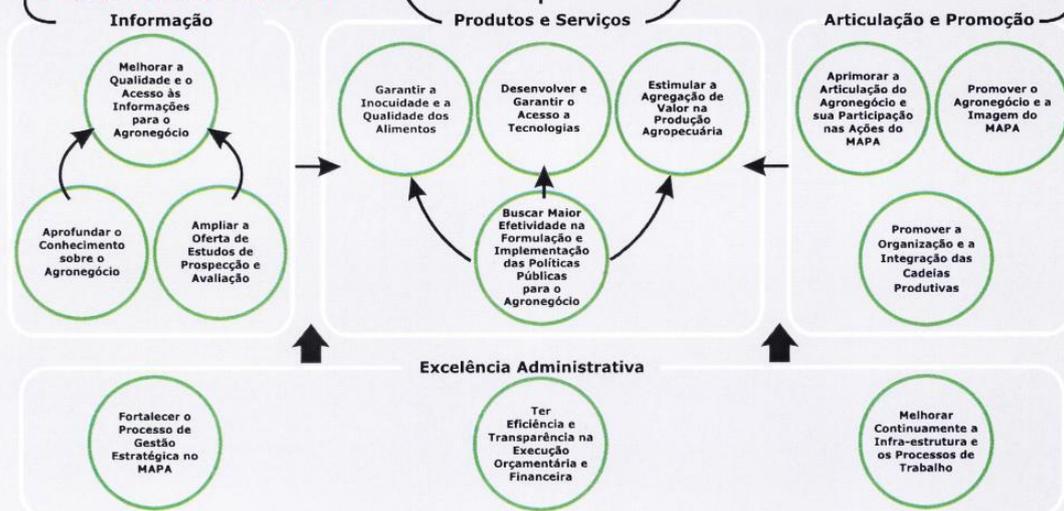
Perspectiva da Sociedade



Perspectiva do Agronegócio e Parceiros



Perspectiva de Processos Internos



Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento

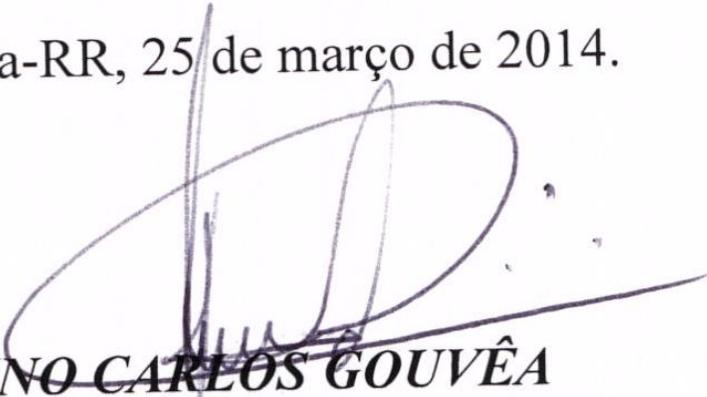


ANEXO II

**DECLARAÇÃO**

Eu, **DIVINO CARLOS GOUVÊA**, CPF nº **121.813.231-00**, Superintendente da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Boa Vista-RR, 25 de março de 2014.



**DIVINO CARLOS GOUVÊA**

Superintendente  
CPF 121.813.231-00

---

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA-EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

00 396 895/0012-88  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,  
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Coordenação Geral de Administração  
de Pessoas  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO D  
ANEXO 1º ANDAR ALA A  
CEP 70043-900  
BRASÍLIA - DF

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas da União, que o servidor, Alberto Jerônimo Pereira CPF nº 135.037.821-68, apresentou autorização de acesso do Imposto de Renda, neste Ministério, conforme prevê a Instrução Normativa do TCU 65/2011 de 28/04/2011.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

Carlos Antônio Portuguez de Assunção  
Chefe de Divisão de Cadastro - CGAP

Ministério da Agricultura, Pecuária e  
Abastecimento - MAPA

Confere com o Original  
Data: 12/02/14

RELATÓRIO DE GESTÃO 2013 – SFA/RR



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA-EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

00 396 895/0012-88

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,  
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Coordenação Geral de Administração  
de Pessoas

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO D  
ANEXO 1º ANDAR ALA A  
CEP 70043-900

BRASÍLIA - DF

## DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas da União, que o servidor, José Calazans dos Santos CPF nº 150.533.771-20, apresentou autorização de acesso do Imposto de Renda, neste Ministério, conforme prevê a Instrução Normativa do TCU 65/2011 de 28/04/2011.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

Carlos Antônio Portugal de Assunção  
Chefe de Divisão de Cadastro - CGAP

Ministério da Agricultura, Pecuária e  
Abastecimento - MAPA

*Carlos Antônio Portugal de Assunção*  
Confere com o Original  
Data: 12/02/14